



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2025

A PREFEITURA DE ITAGUAÍ, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: PORTAL DE LICITAÇÕES COMPRAS BR, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: [HTTPS://COMPRASBR.COM.BR](https://comprasbr.com.br)

OBJETO

Registro de Preços para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (COM MEDIDAS PREVENTIVAS, CORRETIVAS E DE MONITORAMENTO, BEM COMO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E TODOS OS MATERIAIS ESSENCIAIS E DE QUALIDADE NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO QUÍ-MICO PARA PLENA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 813.613,44 (OITOCENTOS E TREZE MIL SEISCENTOS E TREZE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/08/2025 às 10:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

Obs: Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeçam a realização deste certame na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.



EDITAL

A PREFEITURA DE ITAGUAÍ, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2025

O **MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ**, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.302/0001-02, com sede situada na Rua General Bocaiúva, nº 636, Centro, Itaguaí - RJ, torna público que o **Sr. André Ricardo Barroso**, Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino), ora denominado **AUTORIDADE COMPETENTE**, na **forma do disposto no processo administrativo nº 14.012/2024**, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, do Decreto nº 4.780, de 2023, e legislação aplicável para o Registro de preços para a Registro de Preços para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (COM MEDIDAS PREVENTIVAS, CORRETIVAS E DE MONITORAMENTO, BEM COMO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E TODOS OS MATERIAIS ESSENCIAIS E DE QUALIDADE NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO QUÍMICO PARA PLENA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, para atender as demandas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ**, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital, no Termo de Referência e anexos, todos na forma da lei.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (COM MEDIDAS PREVENTIVAS, CORRETIVAS E DE MONITORAMENTO, BEM COMO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E TODOS OS MATERIAIS ESSENCIAIS E DE QUALIDADE NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO QUÍMICO PARA PLENA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização, assim como o desalojamento de aves e morcegos, no que se refere ao controle, reprodução e remoção destes nos ambientes (dependências internas e externas) relacionados à Secretaria Municipal de Educação (SMEDU) assim como da Oficina de Costura, Depósito Municipal, Galpão e também nos estabelecimentos de ensino: Ensino Fundamental, Cei/Cesmi, Creches, Emei e Atendimento Educacional Especializado (AEE), **por um período de 12 (doze) meses**, para atender as demandas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único Item, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS	QTD	UND	QUANT. APLICAÇÃO
1	Serviço em controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando: dedetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos.	89212	M ²	4



1.3. VISTORIA

1.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível, porém opcional, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 08:00 horas às 16:00 horas, nos endereços indicados no anexo IV. A visita deverá ser agendada junto a Subsecretaria de Infraestrutura (Setor de Assistência à Rede) através do telefone (21) 3782-9003 – Ramal 3016 de segunda a sexta-feira, exceto feriado, no horário de 08:00h às 17:00h.

1.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

1.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

1.3.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esta declaração e ficando impedida, no futuro, de pleitear, por força do conhecimento declarado, alegar a inviabilidade de cumprimento das obrigações e ou quaisquer alterações contratuais de natureza técnica ou financeira.

1.3.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

1.3.6. Toda e qualquer despesa com a vistoria, incluindo locomoção entre as unidades, Secretaria Municipal de Educação e seus Departamentos, correrá por conta da Empresa interessada.

1.4. EXECUÇÃO DO OBJETO

1.4.1. Condições De Execução

1.4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1.4.1.2. Início da execução da prestação de serviço: Contados a partir do recebimento do instrumento ordem de fornecimento, até 15 (quinze) dias corrido, após esse prazo, o local poderá solicitar reforço por garantia em caso de persistência.

1.4.1.3. A forma de prestação de serviços será de 04 (quatro) aplicações/ciclos trimestrais, especificados em anexo III, cada ciclo contendo 01 intervenção principal e visitas de manutenção (garantia), para garantir a reposição necessária quando houver necessidade.

1.4.1.4. Os locais que passarem por reformas, ao término, necessitarão de nova instalação do serviço de desalojamento de aves.



1.4.1.5. Os materiais, equipamentos, recursos humanos e demais insumos necessários à plena execução dos serviços correrão à conta do contratado.

1.4.1.6. Os comprovantes originais da execução dos serviços deverão ser arquivados nos locais, especificados em anexo IV, a fim de que sejam apresentados às fiscalizações sempre que solicitados.

1.4.1.7. Encaminhar para o e-mail ordens@edu.itaguai.rj.gov.br uma cópia digitalizada da Nota Fiscal / Romaneio com o recebido no local da entrega.

1.4.1.8. A Contratada executará serviços que visam eliminar e prevenir proliferação de todas as pragas e vetores como formigas, mosquitos, moscas, baratas, aranhas, caramujos, cupins, ratos, animais peçonhentos e outros, assim como o desalojamento de aves e morcegos e quaisquer outros animais que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos no âmbito das localidades, em anexo III, deste Termo de Referência com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade, observadas o cronograma de trabalho elaborado pela Contratante, no que se refere a horários e acesso às áreas em que serão efetivados;

1.4.1.9. Os serviços deverão ser realizados e aplicados interna e externamente em todas as áreas das Unidades especificadas nos anexos IV, V deste Edital.

1.4.1.9.1. Áreas internas: A descupinização, desinsetização e desratização de todos os ralos de esgoto, tubulações, armários, passagem dos insetos e outros deverão ser realizados para eliminar baratas, formigas, cupins, ratos e outros mais. Em outras áreas, será necessário proceder com descupinização, desinsetização, desratização e desalojamento e ou em gel para controlar formigas, cupins, moscas, baratas, ratos, pombos, morcegos entre outros. Também deverão ser instaladas, caso necessário, armadilhas, repelentes e outras medidas adequadas.

1.4.1.9.2. Áreas externas: Deverão ser executados serviços de descupinização, desinsetização, desratização e desalojamento para controlar formigas, moscas, baratas, ratos, cupins, pombos, morcegos e similares. Além disso, a instalação de armadilhas e outras medidas adequadas, conforme a necessidade.

1.4.1.9.3. Deverá ser dada especial atenção a possíveis locais que possam ser foco do mosquito *Aedes Aegypti*, causador de doenças perigosas como a Dengue, zika, chikungunya, febre amarela e malária, entre outros.

1.4.1.10. Os serviços deverão ser padronizados e devem estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) RDC 52/2009 e suas atualizações – ANVISA a ser entregue a contratante logo após a celebração do contrato ou outro instrumento legal. Este documento deverá conter as etapas do controle de pragas, os procedimentos, técnicas, relações de produtos e de controle, destino dos resíduos e embalagens vazias, fichas de informação sobre produtos químicos, mapas de iscagem, laudo de identificação larval, modelos de formulários, bem como apresentar plano de medidas preventivas e emergenciais em caso de acidentes. Deverão



também ser realizados através de um conjunto de técnicas e produtos domissanitários de alta qualidade, de baixo odor e toxicidade liberados e supervisionados pela Vigilância Sanitária.

1.4.1.11. A contratada deverá fornecer certificados de garantia para os serviços prestados em cada unidade, discriminando detalhadamente todos os serviços realizados em cada área. Os certificados devem ser assinados pelo responsável técnico da contratada e conter as seguintes informações: Nome, endereço e telefone da empresa contratada, número do alvará da Secretaria de Saúde emitido para a empresa, nome e número de registro do responsável técnico no Conselho Profissional competente, nome da unidade e endereço da aplicação, período de garantia coberto, pragas-alvo do serviço, data de execução do serviço, produtos utilizados com especificação do princípio ativo e antídoto, precauções e recomendações para evitar intoxicação, telefone para emergências ou número do Centro de Informação Toxicológica mais próximo das áreas onde os serviços foram realizados.

1.4.1.12. Aplicar produtos que tenham efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses e serem aprovados pelos órgãos controladores do Governo, de acordo com a **Secretaria Municipal de Educação**.

1.4.1.13. No desalojamento de aves e morcegos, a Contratada deverá preparar os locais onde esses animais estejam presentes, incluindo raspagem de fezes, remoção de ninhos e filhotes, e desinfecção contra piolhos. Após essa preparação, será iniciada a aplicação de produtos como gel repelente, entre outros, implantação de barreiras físicas (condicionadas com material de qualidade, como polietileno de alta densidade (HDPE), especialmente projetadas para resistir às condições climáticas adversas e ao desgaste causado pelo tempo. Material resistente, duráveis, com estética e acabamento impecável assegurando que a qualidade visual do produto seja preservada. Fixadores de aço inoxidável e âncoras fixadas à estrutura, enquadrando a área de destino com cabos de aço inoxidável. Cores da tela e fixadores iguais) através da obstrução dos abrigos, limpeza dos forros e locais onde os pombos e morcegos estavam abrigados. Se os animais migrarem para outras áreas das unidades da Contratante, a Contratada deverá repetir o procedimento para evitar que as aves pousam e nidifiquem nesses novos locais. Além disso, deverão ser utilizados espuma, gel ou outros métodos eficazes para impedir o acesso dos animais através de orifícios nas estruturas das unidades. Como alternativa também, detectar os locais de pouso dos pombos, visando mudar o ângulo de inclinação desses locais, quando possível.

1.4.1.14. Na prestação deste serviço, qualquer informação ou comprovação de matança indiscriminada de tais animais, sujeitará a empresa a sanções administrativas, assim como às penalidades advindas da legislação que protege tais animais.

1.4.1.15. Nos serviços de desinsetização e descupinização deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de “spray”, gel, “fog”, atomizador e/ou de outros métodos mais eficientes desenvolvidos (devidamente comprovados), os mesmos deverão ser executados da seguinte maneira:

1.4.1.15.1. Aplicação utilizando o método “spray”: Composta por produtos químicos especificamente preparados e adequados para cada local, a composição deve ser aromática, inodora, não provocar manchas, ser semi-líquida e inofensiva à saúde humana. Esta aplicação deverá ser realizada em todos os espaços e locais descritos neste Termo de Referência.

1.4.1.15.2. Aplicação utilizando o método gel: Aplicação específica com o uso de equipamentos especiais para aplicar os produtos em todo o mobiliário e equipamentos eletrônicos, como computadores, impressoras, telefones, entre outros. Os produtos utilizados devem ter as mesmas características dos anteriores, sendo inofensivos à saúde humana.

1.4.1.15.3. Aplicação utilizando o método “fog” (fumaça): Esta aplicação é realizada com o uso de equipamentos especiais que queimam o inseticida e liberam a fumaça no ambiente a ser dedetizado durante a combustão. Produtos químicos especiais, diluídos em derivados de petróleo com combustão retardada, são utilizados para manter a fumaça consistente por um longo período. Esses produtos devem possuir as mesmas características dos anteriores. A aplicação deve ser feita em locais de difícil acesso, como forros e outras áreas necessárias. A Contratada é responsável por informar ao corpo de bombeiros do Município sobre o uso do produto e a data da aplicação.

1.4.1.15.4. Pulverizador (veneno em pó): Aplicado em jardins e espelhos d’água para combater formigas, cupins e larvas de mosquitos. Os produtos utilizados nos espelhos d’água para o controle das larvas de insetos não devem ser prejudiciais às plantas e ao meio ambiente, e devem possuir as mesmas características dos anteriores, sendo inofensivos à saúde humana.

1.4.1.16. Os serviços de desratização devem ser realizados utilizando técnicas específicas para cada espécie de roedor e para o tipo de ambiente descrito neste Termo de Referência, abrangendo todas as áreas internas e externas onde há indícios da presença de roedores. O controle de pragas deverá seguir uma metodologia que elimine totalmente a possibilidade de contaminação do ambiente, produtos e serviços, garantindo, ao mesmo tempo, eficácia máxima contra a praga.

1.4.1.17. Deverão ser utilizadas iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato para combate aos roedores.

1.4.1.18. O material utilizado na isca deve ser altamente eficaz e ter um efeito rápido na eliminação de roedores, de modo a impedir a circulação de roedores envenenados. Além disso, o produto deve garantir que os roedores mortos não entrem em decomposição, evitando odores desagradáveis e possíveis obstruções nas tubulações.

1.4.1.19. A Contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus extras para a Contratante.

1.4.1.20. A Contratada deve se comprometer a utilizar apenas produtos de alta qualidade na execução dos serviços, como gel, pós químicos e inseticidas adequados para as pragas e vetores a serem combatidos. Todos os produtos devem ser inofensivos à saúde humana e aprovados pelos órgãos de controle sanitário Federal, Estadual ou Municipal.



1.4.1.21. Não deverão ser aplicados produtos que causem danos aos mobiliários, aos equipamentos, instalações, caixas d'água, provoquem alergias ou sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas, seja dos próprios trabalhadores, dos assistidos nas unidades e dos servidores destas.

1.4.1.22. Realizar a prestação do serviço sem prejuízo das atividades normais das Unidades Escolares, assim como à secretaria Municipal de Educação e seus Departamentos.

1.4.1.23. Não armazenar os produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos nas unidades da Contratante.

1.4.1.24. Garantir que todos os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço estejam devidamente treinados, certificados e habilitados. Eles devem se apresentar ao trabalho usando uniforme e crachá de identificação da empresa, e estar equipados com todo o material necessário para a execução dos serviços, incluindo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos por lei, específicos para as atividades a serem realizadas, e vestindo roupas adequadas ao ambiente e aos serviços.

1.4.1.25. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil, penal e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao Contratante ou a Terceiros.

1.4.1.26. Fixar em local visível o “comprovante de execução dos serviços” imediatamente após a execução dos trabalhos.

1.4.1.27. Emitir em até 02 (dois) dias após a conclusão dos serviços a certificação dos mesmos, à Contratante.

1.4.1.28. A Contratada obriga-se a prestar pronto atendimento às solicitações da contratante, com vistas a eliminar existência de insetos, pragas, baratas, ratos, cupins, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo da garantia, bem como corrigir possíveis falhas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

1.4.1.29. As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva/visitas de manutenção/garantia) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional ao contrato.

1.4.1.30. A Contratada deverá aplicar dentro do período de garantia tantas corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos, pragas, cupins, pombos e similares.

1.4.1.31. É necessário que os serviços estejam de acordo com padrões técnicos especificados neste Termo de Referência e de acordo com as Normas e Legislação em vigência.

1.4.1.32. Toda prorrogação de prazo da prestação do serviço deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Superior, devendo a solicitação ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, até 02 (dois) dias antes do vencimento do prazo de entrega estipulado e ainda na vigência contratual.

1.4.1.33. Os serviços deverão ser obrigatoriamente refeitos a cada período de 03 (três) meses ou em menor prazo por execução da garantia na hipótese de reinfestação.

1.4.1.34. Durante a garantia dos serviços e conforme necessidade, as áreas críticas (copa, banheiros, depósitos de materiais, esgotos das áreas internas e externas, assim, como outras áreas que porventura apresentem reinfestação de insetos, cupins e ratos) serão submetida à intervenção.

1.4.1.35. Nestes casos, a contratada deverá refazer os serviços no prazo máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, após a notificação pela área responsável.

1.4.1.36. No preço contratado, deverão estar incluídos todos os tributos, contribuições, taxas, fretes, transporte, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes para a perfeita execução do contrato.

1.4.1.37. A proponente deverá apresentar em sua Proposta uma planilha informando, além do preço total, os valores unitários para cada local de execução do serviço, em razão de suas peculiaridades (Localização, tamanho, etc.), conforme modelo em anexo VI deste Termo de referência.

1.5. A Contratada deverá executar a seguintes aplicações:

1.5.1. (uma) aplicação Geral, logo após a assinatura do Contrato, em data previamente agendada com o Gestor do Contrato.

1.5.2. 01 (uma) aplicação trimestral, com início após 90 (noventa) dias corridos da Aplicação Geral.

1.5.3. Teremos então um total de 01 (uma) aplicação geral (intervenção principal) e 03 (três) aplicações sustentativa (01 por trimestre), totalizando 04 aplicações ao ano, por Unidade Escolar assim como na Secretaria Municipal de Educação e seus respectivos Departamentos, em metros qua-drados, trimestralmente, durante o ano de vigência contratual, como a seguir:

Cronograma de Aplicações	Logo após assinatura do Contrato – Aplicação Geral	Aplicação trimestral contados da data da Aplicação Geral
Quantitativo de Aplicação	01	01

1.5.4. Toda aplicação geral (intervenção principal) será seguida de visitas de manutenção/garantia/pronto atendimento de correção, quando houver necessidade, para reposição adequada de iscas e outros materiais no caso de desratização, e para reforçar as aplicações em



casos de desinsetização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos, não implicando em qualquer ônus adicional ao contrato (item 1.4.1.29).

1.5.5. As áreas de cada instalação predial, expressas em metros quadrados, representam a cobertura máxima para os serviços a serem realizados em cada intervenção/visita de controle e combate de vetores e pragas urbanas (como formigas, mosquitos, moscas, baratas, aranhas, caramujos, cupins, ratos, animais peçonhentos, aves, morcegos, entre outros) incluindo desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos. A área total acumulada é de 89.212 m², conforme detalhado no Anexo V.

1.5.6. Os resíduos gerados durante o procedimento de aplicação dos produtos, sua manipulação, recolhimento e descarte são responsabilidade da empresa Contratada.

1.6. Local e horário da prestação dos serviços

1.6.1. O serviço deste termo deverá ser efetuado em dias úteis, ou seja, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08:00 às 16:00 horas, nos locais especificados em anexo III deste Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O órgão solicitante, ora em diante, será denominado Órgão Gerenciador.

2.1.1. Aplicam-se ao gerenciador as regras estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos demais Anexos a este Edital, que devem ser observadas, também, no que se refere às quantidades, prazos e locais de entrega e demais obrigações.

2.2. A Ata de Registro de Preços (**em anexo**) poderá ser aderida por quaisquer órgãos ou entidades do Município que não tenham participado do certame licitatório, ora denominados não-participantes.

2.2.1. Podem também ser considerados não-participantes os órgãos ou entidades municipais, distritais, de outros Estados e federais, resguardadas as disposições de cada ente, desde que atendidas as condições do presente Edital e da Ata de Registro de Preços.

2.3. São as seguintes as quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência:

2.3.1. Previsão de contratação pelo gerenciador será conforme item **1.2**; e

2.3.2. Previsão de contratação pelos não-participantes: será conforme item **1.2**;

2.3.2.1. As contratações adicionais pelos não-participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes, quando houver.

2.3.2.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata para o gerenciador e para os



participantes, quando houver, independentemente do número de órgãos ou entidades não-participantes que aderirem.

2.4. É vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital da licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no próprio Sistema do **COMPRASBR**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no **COMPRASBR** deverá ser feito no Portal de Compras, no sítio **www.comprasbr.com.br**.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **COMPRASBR** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A participação neste Pregão é para empresas cujo ramo de atividade seja compatível como objeto desta licitação.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

3.7.1. A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos



valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será vedada a participação de empresas:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, ou ainda
- d) Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3.9. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.9.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.9.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.9.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.9.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.9.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.11. COOPERATIVAS

3.11.1. Em relação às cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

3.11.2. Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

3.11.3. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764/1971;

3.11.4. Demonstrativo de que qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado;

3.11.5. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

3.11.6. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

3.11.7. O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107;

3.11.8. A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

3.11.9. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

3.11.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

a) fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

b) cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

3.11.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não observar o disposto nos dispositivos acima e na legislação em vigor.

3.11.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

3.12. Não poderão disputar esta licitação:

3.12.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.12.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.12.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



3.12.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.12.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.12.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.12.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.12.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

3.12.9. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.12.10. sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, de acordo com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão cadastrar suas Propostas e Habilitação no Sistema até **01 (um) minuto** antes do início da sessão.

4.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



4.6. Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.**

4.8. A validade da proposta será de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da datada sessão pública do Pregão.

4.9. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Itaguaí.

4.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.11. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.13. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.13.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.13.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.14. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. Na data/hora agendada, a sessão pública na internet será aberta através do comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.



5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.5.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *0,01 (um) centavo*.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

5.9. A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 10 (dez) minutos**. Após esse prazo, e havendo o último lance nos 02 (dois) últimos minutos o Sistema abrirá mais 02 (dois) minutos de lances e assim sucessivamente.

5.10. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente no chat.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

5.16.1. No país;

5.16.2. Por empresas brasileiras;

5.16.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.16.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

5.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 01 (uma) hora**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados, sob pena de desclassificação (art. 69 §3º da Lei Federal nº 14.133/2021).

5.21. A proposta de preços deverá ser formulada de forma detalhada, **item a item**.

5.22. Se for adotado o Critério de Julgamento **Menor Preço por Lote ou global**, a proposta deverá ser formulada contendo todos os itens e o desconto precisará ser aplicado de forma linear aos itens que o compõe.

5.23. No caso de **obras e serviços de engenharia**, a proposta de preços deverá vir **acompanhada da Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Cronograma Físico-Financeiro e BDI**.

5.24. Em se tratando de **serviços** é necessário que a proposta venha acompanhada da **planilha de custos e formação de preços**.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no critério de aceitabilidade, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha



estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** Cadastro de Fornecedores do Município de Itaguaí
- b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- d)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- e)** Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União;

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro fará jus ao benefício, conforme art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto Decreto nº 4.780 /2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.

7.9. No caso de proposta inexequível, a licitante terá o prazo de **1 (uma) hora** para comprovar a exequibilidade;

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do **agente de contratação**, que comprove:

7.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, no prazo de até **2 (duas) horas** para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a sessão pública, os **documentos de habilitação e proposta realinhada deverão ser enviados via sistema** para análise e julgamento no prazo de, **no máximo 1 hora**, após a solicitação do Agente de Contratação pelo sistema.

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

8.1.1. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no inciso I do art. 35 do Decreto Municipal 4.780/2023.

8.2. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

8.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, **90 (noventa) dias**, contados até a data da realização da licitação.

8.4. O Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item 7.3**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Pessoa física: cédula de identidade (RG) e (CPF) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional. (Art.68, I, Lei Federal nº 14.133/2021);

(A.2) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.3) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3.a) Cópia da Identidade e CPF dos sócios no Cadastro Social.

(A.4.) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.4.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.5) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.6) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.7) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil acompanhado das notas explicativas e demais demonstrações contábeis, conforme dispõe o art. 69 inciso I da Lei nº 14.133/2021.

(B.1.a) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

(B.1.b) Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

(B.1.c) Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

(B.1.d) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.e) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$



(B.1.f) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – **CRC**, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) O balanço patrimonial e demonstrativo do exercício do resultado deverá ser apresentado na forma dos arts. 1.078, 1.079 e 1.186 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro) e atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade e Instruções do Conselho Federal de Contabilidade, o mesmo se aplica as demais demonstrações contábeis.

(B.2.2) Ressalvada a apresentação pelos Microempreendedores Individuais (MEI), devendo ser apresentado documento equivalente.

(B.3) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

(B.3.1) Caso a Licitante não seja sediada na Comarca de Itaguaí deverá apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.4) Na relação de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura do procedimento licitatório, contendo o nome do

contratante, o CNPJ, a data de assinatura do contrato, a vigência e o valor anual do contrato, ou, se o contrato tiver sido assinado com vigência inferior a doze meses, o valor total do contrato na forma do **art. 80, inciso III do BTCU Especial ano 42 nº 19 de 2023**.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** ou no Cadastro de Pessoas Físicas – **CPF**. (Art. 68, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação. (Art. 68, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos: (art. 68, III, § 2º, Lei Federal nº 14.133/2021).

C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa.

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa;

(C.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–**FGTS**. (Art. 68, IV, § 2º, Lei Federal nº 14.133/2021).

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do **Anexo VI**, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo. (Art. 68, V, Lei Federal nº 14.133/2021).

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

(E.2) Licença de Funcionamento – Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente, para serviços de controle sanitário ao combate a pragas urbanas e similares.



(E.3) Certificado de Registro de Controle de Vetores e Pragas Urbanas (CRV) e/ou **Certificado de Controle de Agrotóxicos** (comercialização/uso), emitido pelo Órgão Competente, dentro do prazo de validade, comprovando que a licitante está autorizada a exercer serviço objeto da presente licitação.

(E.4) Declaração da própria licitante informando o nome do profissional que será o responsável técnico pelo contrato, devidamente habilitado, devendo observar as normas dispostas na Resolução – RDC nº 18, de 29 de fevereiro de 2000 da ANVISA (biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico-veterinário e químico) e a Resolução – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA (Seção II – Da Responsabilidade técnica).

8.7. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação referente aos requisitos deste Edital apenas do licitante vencedor.

8.8. Apresentação das declarações constantes no **item 19.20**, firmadas pelo licitante.

8.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até **1 (uma) hora**, sob pena de inabilitação.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Art. 64, Lei federal nº 14.133/2021).

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e (art. 64, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. (Art. 64, II, Lei federal nº 14.133/2021).

8.12. O Agente de Contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação. (Art. 64, § 1º, Lei Federal nº 14.133/2021).

8.13. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.14. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

8.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.17.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.18. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, cujo valor estimado da contratação não supere o limite do disposto na alínea "c" do inciso IV do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, somente será exigida:

- a) das pessoas jurídicas, a comprovação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal estadual, à Seguridade Social e ao FGTS e a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- b) das pessoas físicas, a comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Estadual.

8.19. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.20. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

8.21. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.22. As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

8.23. O pregoeiro verificará a autenticidade e regularidade de todos os documentos apresentados via internet.



9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado do processo licitatório, o(s) licitante(s) melhor classificado(s), deverá(ão) ser convocado(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

9.1.1. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que:

- a)** a solicitação seja justificada pelo licitante melhor classificado e apresentada dentro do prazo; e
- b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a descrição do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e os demais requisitos estabelecidos no Decreto nº 4.780/2023.

9.2.1. Quando a quantidade ofertada pelo primeiro colocado não for suficiente para suprir a demanda estimada, ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou grupo de itens.

9.3. O registro de preços e as atas dele decorrentes deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Portal da Transparência do Município de Itaguaí.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

9.5. É facultado à Administração, quando o(s) fornecedor(es) convocado(s) não assinar(em) a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, de modo a integrar a Ata na qualidade de fornecedor.

9.6. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

9.6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos, observados os requisitos estabelecidos no Decreto nº 4.780/2023 e na referida Ata.

9.7. Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.1. Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados ou repactuados, observando-se as regras estabelecidas no item 17 deste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021.



9.7.2. As condições para alteração ou atualização dos preços registrados se encontram previstas na Ata de Registro de Preços.

9.8. O registro do fornecedor será cancelado, na forma do Decreto nº 4.780/2023 e da Ata de Registro de Preços, quando:

- a) forem descumpridas as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observado os §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

9.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, na forma do Decreto nº 4.780/2023 e da Ata de Registro de Preços, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata.

9.10. Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste Edital e na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

9.11. Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, quando admitidos, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

10. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a fase recursal, os licitantes serão convocados para reduzir seus preços ao valor da proposta do proponente melhor classificado, ocasião na qual será oportunizada a formação de eventual Cadastro de Reserva.

10.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do *caput* deste item não prejudicará o resultado do certame, inclusive quanto à ordem de classificação das propostas.

10.2. Homologada a licitação, deverão ser registrados na Ata de Registro de Preços, para fins de formação de Cadastro de Reserva:

10.2.1. Os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação; e

10.2.2. Os proponentes que mantiverem sua proposta original.



10.3. A ordem de classificação dos registrados na Ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

10.4. A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes.

10.5. O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso do item 9.5, bem como de cancelamento do registro do proponente ou dos preços, nas hipóteses previstas no Decreto nº 4.780/2023 e na Ata de Registro de Preços.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

11.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.1.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento somente poderão ser realizados na forma eletrônica, através do e-mail funcional licitacao.smlic@itaguai.rj.gov.br, ou através de protocolo junto à Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, situada a Rua General Bocaiúva, 636 – Centro – Itaguaí –RJ, CEP: 23815-310.

11.1.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.1.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente.

11.1.5. Modificado substancialmente o edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **30 minutos** após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional: licitacao.smlic@itaguai.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento, contados:

- a) a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.

11.2.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.2.3. O recurso interposto fora do prazo não serão conhecidos.

11.2.4. Caberá ao Agente de Contratação, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.2.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

12.1.5.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. Deixar de apresentar amostra; ou

12.1.5.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.10.4. Apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

12.2.2.1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

12.2.2.2. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será



descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 12.13.

12.2.2.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no **art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021**, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3.1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2% (dois por cento).

12.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.3.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

12.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 5% do valor do Contrato.

12.4.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. **156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021**:

12.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2. As peculiaridades do caso concreto;



12.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

12.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. **156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021**, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal; ou

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (função e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

12.7. A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Decreto nº 4.780/2023.

12.7.1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.7.2. A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.8. A aplicação das sanções previstas no edital e no contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1. Aplica-se o disposto na alínea a do item 9.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10.2.1. Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 81, do Decreto Municipal 4.780, de 31 de março de 2023.

12.11. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no edital e/ou no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.

12.11.1. O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.12. O contratante deverá remeter para a Secretaria Municipal de Governo o extrato de publicação no Jornal Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Itaguaí.

12.12.2. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.



12.13. Caso não seja efetuado o pagamento da multa aplicada ou o valor seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor total ou do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

12.13.1. A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

12.13.2. O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

13. DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Compete ao gerenciador, aos participantes, quando houver, e aos eventuais não-participantes promover as ações necessárias para as suas próprias contratações com o fornecedor registrado, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

13.2. A Administração convocará o fornecedor registrado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 4.780/2023 e neste Edital.

13.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.4. Na hipótese de o fornecedor registrado não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.5. A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.

13.6. As consequências de que trata o item anterior não serão aplicadas ao integrante do Cadastro de Reserva que, quando convocado, se recusar a compor a Ata de Registro de Preços.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

14.1. Da subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

14.2. Da Garantia da Contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação nos moldes dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior,

15.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

15.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.3. O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal no Setor de Protocolo da Prefeitura de Itaguaí, situado na Rua General Bocaiúva, 636, Centro, Itaguaí acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada e demais documentos que vierem a ser exigidos pelo órgão de Controle Municipal, devidamente atestada pelos servidores designados para recebimento dos materiais.

15.4. Quando solicitada a nota fiscal/fatura, deverá ser emitida conforme abaixo discriminado:

15.4.1. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, CNPJ: 29.138.302/0001-02, RUA GENERAL BOCAIÚVA, 636 – CENTRO – ITAGUAÍ – RJ - CEP: 23.810-310

15.5. A Contratada reserva-se o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros;

15.6. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo de pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como, da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ;

15.7. No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Neste caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;

15.8. A nota fiscal isenta de erros, deverá ser previamente atestada pelo Fiscal do Contrato e servidor designado pelo ordenador de despesas;

15.9. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação;

15.10. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

15.11. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros



moratórios de 0,5% ao mês, calculando pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

15.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.14. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. PRAZO CONTRATUAL

16.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados dos a partir da emissão da ordem de fornecimento, na forma dos artigos 107 e 108 da Lei nº 14.133, de 2021, *in verbis*:

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”

“Art. 108. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 10 (dez) anos nas hipóteses previstas nas alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 desta Lei”

16.2. A divulgação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em 20 dias úteis, contados da data de sua assinatura;

17. DO REAJUSTE

REAJUSTE

17.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**.

17.2. O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

17.4. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

17.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.5.1. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

17.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

17.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

17.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

17.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

17.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

17.11. O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

17.12. O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 14.133/2021.



18. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

18.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital, na forma do Decreto nº 4.780/2023.

18.2. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico (www.comprasbr.com.br).

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade. Inclusive consultando com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores;

19.5. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega e o descarregamento;

19.6. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

19.7. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

19.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.9. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



19.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.14. Para as sanções administrativas serão levadas em conta a legislação que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos;

19.15. É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.16. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.17. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal da Transparência do Município de Itaguaí: Transparência Itaguaí e endereço eletrônico www.comprasbr.com.br.

19.18. Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

19.19. O foro da Comarca de Itaguaí é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

19.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Total de Alunos/Unidade escolar

Anexo III - Quantidades de Aplicações Trimestrais

Anexo IV - Endereços das Unidades

Anexo V - Área de cada instalação Predial

Anexo VI - Anexo do Termo de Referência

Anexo VII - Estudo Técnico Preliminar

Anexo VIII - Mapa de Risco

Anexo IX - Critério de Aceitabilidade

Anexo X - Modelo de Apresentação da proposta

Anexo XI - Declaração de não utilização de mão-de-obra infantil

Anexo XII - Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação

Anexo XIII - Declaração de não cadastramento de inexistência de débitos junto à fazenda Pública do Município de Itaguaí

Anexo XIV - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com Deficiência e para reabilitado da previdência social

Anexo XV - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos Custos



Anexo XVI - Declaração de Microempresa ou Empresa de pequeno porte

Anexo XVII- Minuta de Contrato

Itaguaí, 05 de agosto de 2025.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (Interino)
ANDRÉ RICARDO BARROSO
MAT: 52.828





ANEXO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA - 032

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **serviço de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas e vetores** (com medidas preventivas, corretivas e de monitoramento, bem como fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais essenciais e de qualidade necessários ao tratamento químico para plena execução dos serviços), tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o **desalojamento de aves e morcegos**, no que se refere ao controle, reprodução e remoção destes nos ambientes (dependências internas e externas) relacionados à Secretaria Municipal de Educação (SMEDU) assim como da Oficina de Costura, Depósito Municipal, Galpão e também nos estabelecimentos de ensino: Ensino Fundamental, Cei/Cesmi, Creches, Emei e Atendimento Educacional Especializado (AEE), mediante **sistema de registro de preço (SRP)** com critério de julgamento por **menor preço**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS	QTDE	UND	QUANT. APLICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR POR APLICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	Serviço em controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando: dedetização, desratização, descupinização e desajolamento de pombos.	89212	M ²	4	R\$ 2,28	R\$ 203.403,36	R\$ 813.613,44

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. Os valores unitários e totais foram desenvolvidos, analisados e apresentados com minúcia pela Secretaria Municipal de Licitações e Contratos (SMLIC), que conduziu o levantamento de preços mencionado, conforme documentação apensa ao presente Termo de Referência.

1.4. Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 4.780, de 31 de março de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da emissão da ordem de fornecimento, convalidado pela assinatura dos signatários.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Quanto às práticas e/ou critérios de sustentabilidade, constatou-se que não há critérios de sustentabilidade específicos aplicáveis nessa contratação. Em cada caso concreto, o órgão público verificará se o objeto a ser licitado comporta a inserção de aspectos de sustentabilidade, portanto, à vista das características do objeto desta demanda verificou-se que não há critérios de sustentabilidade aplicáveis para este caso.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Vistoria

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível, porém opcional, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 08:00 horas às 16:00 horas, nos endereços indicados no anexo III. A visita deverá ser agendada junto a Subsecretaria de Infraestrutura (Setor de Assistência à Rede) através do telefone (21) 3782-9003 – Ramal 3016 de segunda a sexta-feira, exceto feriado, no horário de 08:00h às 17:00h.

4.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esta declaração e ficando impedida, no futuro,

de pleitear, por força do conhecimento declarado, alegar a inviabilidade de cumprimento das obrigações e ou quaisquer alterações contratuais de natureza técnica ou financeira.

4.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.4.6. Toda e qualquer despesa com a vistoria, incluindo locomoção entre as unidades, Secretaria Municipal de Educação e seus Departamentos, correrá por conta da Empresa interessada.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Início da execução da prestação de serviço: Contados a partir do recebimento do instrumento ordem de fornecimento, até 15 (quinze) dias corrido, após esse prazo, o local poderá solicitar reforço por garantia em caso de persistência.

5.1.1.2. A forma de prestação de serviços será de 04 (quatro) aplicações/ciclos trimestrais, especificados em anexo IV, cada ciclo contendo 01 intervenção principal e visitas de manutenção (garantia), para garantir a reposição necessária quando houver necessidade.

5.1.1.3. Os locais que passarem por reformas, ao término, necessitarão de nova instalação do serviço de desalojamento de aves.

5.1.1.4. Os materiais, equipamentos, recursos humanos e demais insumos necessários à plena execução dos serviços correrão à conta do contratado.

5.1.1.5. Os comprovantes originais da execução dos serviços deverão ser arquivados nos locais, especificados em anexo III, a fim de que sejam apresentados às fiscalizações sempre que solicitados.

5.1.1.6. Encaminhar para o e-mail ordens@edu.itaguai.rj.gov.br uma cópia digitalizada da Nota Fiscal / Romaneio com o recebido no local da entrega.

5.1.1.7. A Contratada executará serviços que visam eliminar e prevenir proliferação de todas as pragas e vetores como formigas, mosquitos, moscas, baratas, aranhas, caramujos, cupins, ratos, animais peçonhentos e outros, assim como o desalojamento de aves e morcegos e quaisquer outros animais que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos no âmbito das localidades, em anexo III, deste Termo de Referência com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade, observadas o cronograma de trabalho elaborado pela Contratante, no que se refere a horários e acesso às áreas em que serão efetivados;

5.1.1.8. Os serviços deverão ser realizados e aplicados interna e externamente em todas as áreas das Unidades especificadas no anexo III deste Termo de Referência.

5.1.1.8.1. Áreas internas: A descupinização, desinsetização e desratização de todos os ralos de esgoto, tubulações, armários, passagem dos insetos e outros deverão ser realizados para eliminar



baratas, formigas, cupins, ratos e outros mais. Em outras áreas, será necessário proceder com descupinização, desinsetização, desratização e desalojamento e ou em gel para controlar formigas, cupins, moscas, baratas, ratos, pombos, morcegos entre outros. Também deverão ser instaladas, caso necessário, armadilhas, repelentes e outras medidas adequadas.

5.1.1.8.2. Áreas externas: Deverão ser executados serviços de descupinização, desinsetização, desratização e desalojamento para controlar formigas, moscas, baratas, ratos, cupins, pombos, morcegos e similares. Além disso, a instalação de armadilhas e outras medidas adequadas, conforme a necessidade.

5.1.1.8.3. Deverá ser dada especial atenção a possíveis locais que possam ser foco do mosquito *Aedes Aegypti*, causador de doenças perigosas como a Dengue, zika, chikungunya, febre amarela e malária, entre outros.

5.1.1.4. Os serviços deverão ser padronizados e devem estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) RDC 52/2009 e suas atualizações – ANVISA a ser entregue a contratante logo após a celebração do contrato ou outro instrumento legal. Este documento deverá conter as etapas do controle de pragas, os procedimentos, técnicas, relações de produtos e de controle, destino dos resíduos e embalagens vazias, fichas de informação sobre produtos químicos, mapas de iscagem, laudo de identificação larval, modelos de formulários, bem como apresentar plano de medidas preventivas e emergenciais em caso de acidentes. Deverão também ser realizados através de um conjunto de técnicas e produtos domissanitários de alta qualidade, de baixo odor e toxicidade liberados e supervisionados pela Vigilância Sanitária.

5.1.1.5. A contratada deverá fornecer certificados de garantia para os serviços prestados em cada unidade, discriminando detalhadamente todos os serviços realizados em cada área. Os certificados devem ser assinados pelo responsável técnico da contratada e conter as seguintes informações: Nome, endereço e telefone da empresa contratada, número do alvará da Secretaria de Saúde emitido para a empresa, nome e número de registro do responsável técnico no Conselho Profissional competente, nome da unidade e endereço da aplicação, período de garantia coberto, pragas-alvo do serviço, data de execução do serviço, produtos utilizados com especificação do princípio ativo e antídoto, precauções e recomendações para evitar intoxicação, telefone para emergências ou número do Centro de Informação Toxicológica mais próximo das áreas onde os serviços foram realizados.

5.1.1.6. Aplicar produtos que tenham efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses e serem aprovados pelos órgãos controladores do Governo, de acordo com a **Secretaria Municipal de Educação**.

5.1.1.7. No desalojamento de aves e morcegos, a Contratada deverá preparar os locais onde esses animais estejam presentes, incluindo raspagem de fezes, remoção de ninhos e filhotes, e desinfecção contra piolhos. Após essa preparação, será iniciada a aplicação de produtos como gel repelente, entre outros, implantação de barreiras físicas (condicionadas com material de qualidade, como polietileno de alta densidade (HDPE), especialmente projetadas para resistir às condições climáticas adversas e ao desgaste causado pelo tempo. Material resistente, duráveis, com estética e

acabamento impecável assegurando que a qualidade visual do produto seja preservada. Fixadores de aço inoxidável e âncoras fixadas à estrutura, enquadrando a área de destino com cabos de aço inoxidável. Cores da tela e fixadores iguais) através da obstrução dos abrigos, limpeza dos forros e locais onde os pombos e morcegos estavam abrigados. Se os animais migrarem para outras áreas das unidades da Contratante, a Contratada deverá repetir o procedimento para evitar que as aves pousam e nidifiquem nesses novos locais. Além disso, deverão ser utilizados espuma, gel ou outros métodos eficazes para impedir o acesso dos animais através de orifícios nas estruturas das unidades. Como alternativa também, detectar os locais de pouso dos pombos, visando mudar o ângulo de inclinação desses locais, quando possível.

5.1.1.8. Na prestação deste serviço, qualquer informação ou comprovação de matança indiscriminada de tais animais, sujeitará a empresa a sanções administrativas, assim como às penalidades advindas da legislação que protege tais animais.

5.1.1.9. Nos serviços de desinsetização e descupinização deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de “spray”, gel, “fog”, atomizador e/ou de outros métodos mais eficientes desenvolvidos (devidamente comprovados), os mesmos deverão ser executados da seguinte maneira:

5.1.1.10. Aplicação utilizando o método “spray”: Composta por produtos químicos especificamente preparados e adequados para cada local, a composição deve ser aromática, inodora, não provocar manchas, ser semi-líquida e inofensiva à saúde humana. Esta aplicação deverá ser realizada em todos os espaços e locais descritos neste Termo de Referência.

5.1.1.11. Aplicação utilizando o método gel: Aplicação específica com o uso de equipamentos especiais para aplicar os produtos em todo o mobiliário e equipamentos eletrônicos, como computadores, impressoras, telefones, entre outros. Os produtos utilizados devem ter as mesmas características dos anteriores, sendo inofensivos à saúde humana.

5.1.1.12. Aplicação utilizando o método “fog” (fumaça): Esta aplicação é realizada com o uso de equipamentos especiais que queimam o inseticida e liberam a fumaça no ambiente a ser dedetizado durante a combustão. Produtos químicos especiais, diluídos em derivados de petróleo com combustão retardada, são utilizados para manter a fumaça consistente por um longo período. Esses produtos devem possuir as mesmas características dos anteriores. A aplicação deve ser feita em locais de difícil acesso, como forros e outras áreas necessárias. A Contratada é responsável por informar ao corpo de bombeiros do Município sobre o uso do produto e a data da aplicação.

5.1.1.13. Pulverizador (veneno em pó): Aplicado em jardins e espelhos d’água para combater formigas, cupins e larvas de mosquitos. Os produtos utilizados nos espelhos d’água para o controle das larvas de insetos não devem ser prejudiciais às plantas e ao meio ambiente, e devem possuir as mesmas características dos anteriores, sendo inofensivos à saúde humana.

5.1.1.14. Os serviços de desratização devem ser realizados utilizando técnicas específicas para cada espécie de roedor e para o tipo de ambiente descrito neste Termo de Referência, abrangendo todas as áreas internas e externas onde há indícios da presença de roedores. O controle de pragas deverá



seguir uma metodologia que elimine totalmente a possibilidade de contaminação do ambiente, produtos e serviços, garantindo, ao mesmo tempo, eficácia máxima contra a praga.

5.1.1.14.1. Deverão ser utilizadas iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato para combate aos roedores.

5.1.1.14.2. O material utilizado na isca deve ser altamente eficaz e ter um efeito rápido na eliminação de roedores, de modo a impedir a circulação de roedores envenenados. Além disso, o produto deve garantir que os roedores mortos não entrem em decomposição, evitando odores desagradáveis e possíveis obstruções nas tubulações.

5.1.1.15. A Contratada deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus extras para a Contratante.

5.1.1.16. A Contratada deve se comprometer a utilizar apenas produtos de alta qualidade na execução dos serviços, como gel, pós químicos e inseticidas adequados para as pragas e vetores a serem combatidos. Todos os produtos devem ser inofensivos à saúde humana e aprovados pelos órgãos de controle sanitário Federal, Estadual ou Municipal.

5.1.1.17. Não deverão ser aplicados produtos que causem danos aos mobiliários, aos equipamentos, instalações, caixas d'água, provoquem alergias ou sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas, seja dos próprios trabalhadores, dos assistidos nas unidades e dos servidores destas.

5.1.1.18. Realizar a prestação do serviço sem prejuízo das atividades normais das Unidades Escolares, assim como à secretaria Municipal de Educação e seus Departamentos.

5.1.1.19. Não armazenar os produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos nas unidades da Contratante.

5.1.1.20. Garantir que todos os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço estejam devidamente treinados, certificados e habilitados. Eles devem se apresentar ao trabalho usando uniforme e crachá de identificação da empresa, e estar equipados com todo o material necessário para a execução dos serviços, incluindo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos por lei, específicos para as atividades a serem realizadas, e vestindo roupas adequadas ao ambiente e aos serviços.

5.1.1.21. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil, penal e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao Contratante ou a Terceiros.

5.1.1.22. Fixar em local visível o “comprovante de execução dos serviços” imediatamente após a execução dos trabalhos.

5.1.1.23. Emitir em até 02 (dois) dias após a conclusão dos serviços a certificação dos mesmos, à Contratante.

5.1.1.24. A Contratada obriga-se a prestar pronto atendimento às solicitações da contratante, com vistas a eliminar existência de insetos, pragas, baratas, ratos, cupins, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo da garantia, bem como corrigir possíveis falhas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

5.1.1.25. As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva/visitas de manutenção/garantia) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional ao contrato.

5.1.1.26. A Contratada deverá aplicar dentro do período de garantia tantas corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos, pragas, cupins, pombos e similares.

5.1.1.27. É necessário que os serviços estejam de acordo com padrões técnicos especificados neste Termo de Referência e de acordo com as Normas e Legislação em vigência.

5.1.1.28. Toda prorrogação de prazo da prestação do serviço deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Superior, devendo a solicitação ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, até 02 (dois) dias antes do vencimento do prazo de entrega estipulado e ainda na vigência contratual.

5.1.1.29. Os serviços deverão ser obrigatoriamente refeitos a cada período de 03 (três) meses ou em menor prazo por execução da garantia na hipótese de reinfestação.

5.1.1.30. Durante a garantia dos serviços e conforme necessidade, as áreas críticas (copa, banheiros, depósitos de materiais, esgotos das áreas internas e externas, assim, como outras áreas que porventura apresentem reinfestação de insetos, cupins e ratos) serão submetida à intervenção.

5.1.1.31. Nestes casos, a contratada deverá refazer os serviços no prazo máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, após a notificação pela área responsável.

5.1.1.32. No preço contratado, deverão estar incluídos todos os tributos, contribuições, taxas, fretes, transporte, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes para a perfeita execução do contrato.

5.1.1.33. A proponente deverá apresentar em sua Proposta uma planilha informando, além do preço total, os valores unitários para cada local de execução do serviço, em razão de suas peculiaridades (Localização, tamanho, etc.), conforme modelo em anexo V deste Termo de referencia.

5.2. A Contratada deverá executar a seguintes aplicações:

5.2.1. 01 (uma) aplicação Geral, logo após a assinatura do Contrato, em data previamente agendada com o Gestor do Contrato.

5.2.2. 01 (uma) aplicação trimestral, com início após 90 (noventa) dias corridos da Aplicação Geral.

5.2.3. Teremos então um total de 01 (uma) aplicação geral (intervenção principal) e 03 (três) aplicações sustentativa (01 por trimestre), totalizando 04 aplicações ao ano, por Unidade Escolar assim como



na Secretaria Municipal de Educação e seus respectivos Departamentos, em metros quadrados, trimestralmente, durante o ano de vigência contratual, como a seguir:

Cronograma de Aplicações	Logo após assinatura do Contrato – Aplicação Geral	Aplicação trimestral contados da data da Aplicação Geral
Quantitativo de Aplicação	01	01

5.2.3.1. Toda aplicação geral (intervenção principal) será seguida de visitas de manutenção/garantia/pronto atendimento de correção, quando houver necessidade, para reposição adequada de iscas e outros materiais no caso de desratização, e para reforçar as aplicações em casos de desinsetização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos, não implicando em qualquer ônus adicional ao contrato (item 5.1.1.25).

5.2.4. As áreas de cada instalação predial, expressas em metros quadrados, representam a cobertura máxima para os serviços a serem realizados em cada intervenção/visita de controle e combate de vetores e pragas urbanas (como formigas, mosquitos, moscas, baratas, aranhas, caramujos, cupins, ratos, animais peçonhentos, aves, morcegos, entre outros) incluindo desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos. A área total acumulada é de 89.212 m², conforme detalhado no Anexo IV.

5.2.5. Os resíduos gerados durante o procedimento de aplicação dos produtos, sua manipulação recolhimento e descarte são responsabilidade da empresa Contratada.

5.3. Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1. O serviço deste termo deverá ser efetuado em dias úteis, ou seja, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08:00 às 16:00 horas, nos locais especificados em anexo III deste Termo de Referência.

5.4. Especificação da garantia do serviço

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.2.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.6.2.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.2.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.2.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6.3. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.3.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.7. Gestor do Contrato

6.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



6.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.7.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.7.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Do recebimento

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

7.1.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.1.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.1.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.1.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.1.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.1.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.1.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.1.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



7.1.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. O prazo de validade;

7.2.3.2. A data da emissão;

7.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5. O valor a pagar; e

7.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal. A Administração deverá realizar verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.2.9. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ



CNPJ: 29.138.302/0001-02

RUA GENERAL BOCAIUVA, 636 – CENTRO – ITAGUAÍ – RJ

CEP: 23.810-310

7.2.10. A Entidade Pública Municipal Contratante efetuará a retenção na fonte, quando aplicável, do imposto sobre a renda, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ou correlatos.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do Sistema de Registro de Preço (SRP) e critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Regime de execução

8.2.1. O regime de execução do contrato será parcelado e contínuo.



8.3. Qualificação Técnica

8.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.2. Licença de Funcionamento – Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente, para serviços de controle sanitário ao combate a pragas urbanas e similares.

8.3.3. Certificado de Registro de Controle de Vetores e Pragas Urbanas (CRV) e/ou **Certificado de Controle de Agrotóxicos** (comercialização/uso), emitido pelo Órgão Competente, dentro do prazo de validade, comprovando que a licitante está autorizada a exercer serviço objeto da presente licitação.

8.3.4. Declaração da própria licitante informando o nome do profissional que será o responsável técnico pelo contrato, devidamente habilitado, devendo observar as normas dispostas na Resolução – RDC nº 18, de 29 de fevereiro de 2000 da ANVISA (biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico-veterinário e químico) e a Resolução – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA (Seção II – Da Responsabilidade técnica).

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão	Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Natureza da Despesa	Fontes / Detalhamento
48	02	04.122.0302	2.049	3.3.90.39	1500/1001 – Recursos não vinculados de Impostos – RT 1550/46 – QSE/FNDE – Federal
48	02	12.361.0536	2.049	3.3.90.39	1500/1001 – Recursos não vinculados de Impostos – RT 1550/46 – QSE/FNDE – Federal
48	03	12.366.0305	2.045	3.3.90.39	1500/1001 – Recursos não vinculados de Impostos – RT 1550/46 – QSE/FNDE – Federal 1.569/ETI nº 14.640/2023
48	03	12.367.0306	2.048	3.3.90.39	1500/1001 – Recursos não vinculados de Impostos – RT 1550/46 – QSE/FNDE – Federal



48	03	12.361.0536	2.050	3.3.90.39	1500/1001 – Recursos não vinculados de Impostos – RT 1550/46 – QSE/FNDE – Federal
48	03	12.365.0538	2.310	3.3.90.39	1500/1001 – Recursos não vinculados de Impostos – RT 1550/46 – QSE/FNDE – Federal
48	03	12.365.0537	2.311	3.3.90.39	1500/1001 – Recursos não vinculados de Impostos – RT 1550/46 – QSE/FNDE – Federal
Em atendimento ao Decreto Federal nº 10.024/2019, informamos que os recursos da União acima descritos NÃO são decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse.					

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Realizar a execução do serviço do contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados neste Termo de Referência.

10.2. Entregar o serviço dentro das especificações estabelecidas, novo, sem uso, em embalagens originais e invioláveis, responsabilizando-se pela troca, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, dos itens que, porventura, estejam fora das especificações e/ou do prazo de validade, ou com embalagem danificada, independentemente do motivo alegado, e às suas expensas.

10.3. A inobservância ao disposto no subitem 10.2. implicará o não pagamento do valor devido à Contratada, até que haja a necessária regularização.

10.4. Entregar o serviço do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias.

10.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

10.7. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

10.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência.



10.9. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

10.10. Emitir fatura/nota fiscal no valor pactuado e condições do Contrato, apresentando-a ao Contratante para ateste e pagamento.

10.11. Ter responsabilidade técnica pelos serviços realizados.

10.12. A empresa deverá apresentar, durante a execução dos serviços, boas práticas de higiene e segurança.

10.13. A empresa deverá providenciar isolamento e sinalização da área durante a execução dos serviços, de modo a garantir a segurança dos transeuntes.

10.14. A empresa deverá atender as recomendações constantes nas normas regulamentadoras de segurança.

10.15. Os funcionários da empresa contratada deverão apresentar-se devidamente uniformizados para execução de suas atividades.

10.16. Observar as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas de Pagamento, onde se trata do prazo e da forma de pagamento, descrito neste Termo de Referência.

11.2. Fornecer aos CONTRATADOS documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do objeto.

11.3. Exercer a fiscalização do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal a efetiva execução do objeto.

11.4. Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

11.5. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA que possa ser inadequado, nocivo ou prejudicial à saúde dos servidores.

11.6. Designar servidor ou Comissão para proceder aos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, ou rejeitá-lo.

11.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.8. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares contratuais cabíveis.

11.9. Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado.

11.10. Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições no fornecimento, fixando prazo para sua correção.



10.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Itaguaí, 22 de julho de 2025.

Solicitação _____

Renata dos Santos Conceição de Araújo

Diretora Especial de Rede Escolar

Matrícula 11.953

Elaboração _____

Adriano Pontes Bahia

Agente Administrativo Escolar

Matrícula 34.627

Revisão _____

Danielle Machado Martins Antunes

Assessor de Compras e Licitações

Matrícula 51.632

Autorização _____

Nilce de Oliveira Nascimento Ramos

Secretária Municipal de Educação

Matrícula 11.322

ANEXO II

TOTAL DE ALUNOS/UNIDADE ESCOLAR

 Prefeitura de **Itaguai** | Secretaria Municipal de Educação

Departamento de **Movimentação e Estatística**

TOTAL ALUNOS P/ UNIDADE ESCOLAR - Jun/24																										
Soma de QUANT	ANO																									
UNIDADE ESCOLAR	B I	N I	N II	N III	PRÉ I	PRÉ II	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	NCEJ A I	NCEJ A II	NCEJ A III	NCEJ A IV	NCEJ A V	NCEJ A VI	NCEJ A VII	NCEJ A VIII	NCEJ A IX	Total Geral	
01-C. M. SEN. TEOTÔNIO VILELLA	*	*	*	*	31	34	52	83	72	58	66	81	103	100	104	*	*	*	*	*	*	*	*	*	767	
02-E. M. ALEXANDRE IGNÁCIO	*	*	*	*	3	*	3	1	1	3	3	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	14	
03-E. M. AMAURI FERREIRA	*	*	*	*	63	63	50	73	71	65	73	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	458	
04-E. M. ANTONIO TUPINAMBA	*	*	*	*	49	52	77	103	103	94	64	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	542	
05-E. M. ARGENTINA COUTINHO	*	*	*	*	39	30	33	33	45	20	20	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	229	
06-E. M. CEL. ALZIRO SANTIAGO	*	*	*	*	20	25	20	22	21	12	23	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	143	
07-E. M. DAS ACACIAS	*	*	*	*	54	54	68	88	82	80	66	112	92	79	43	3	3	*	3	*	15	14	26	5	888	
08-E. M. MAZOMBA DR. JORGE ABRAHÃO	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	37	29	20	23	*	*	*	*	*	*	*	*	*	109	
09-E. M. EIDER RIBEIRO DANTAS	*	*	*	*	44	45	53	58	52	46	33	55	42	31	30	*	*	*	*	*	*	*	*	*	489	
10-E. M. ELMIRA FIGUEIRA	*	*	*	*	55	63	76	87	73	81	78	74	85	70	53	2	5	2	10	5	18	11	31	9	886	
11-E. M. ELMO BAPTISTA COELHO	*	*	*	*	8	6	12	12	8	18	8	13	22	18	16	*	*	*	*	*	*	*	*	*	137	
12-E. M. FUSAO FUKAMATI	*	*	*	*	49	53	55	54	55	63	60	101	77	67	58	4	1	*	5	2	11	18	20	30	783	
13-E. M. PROF.ª MARIANILDE SIQUEIRA GONÇALVES	*	*	*	*	18	28	16	17	20	14	16	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	129	
14-E. M. JOÃO VICENTE SOARES	*	*	*	*	24	27	24	27	28	29	31	55	47	23	28	*	*	*	*	*	*	*	*	*	343	
15-E. M. JORGE FLORES DA SILVA	*	*	*	*	41	41	44	42	37	42	37	51	38	27	23	*	*	*	*	*	*	*	*	*	423	
16-E. M. OSCAR JOSE DE SOUZA	*	*	*	*	49	49	90	82	94	94	85	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	543	
17-E. M. PE. RAFAEL SCARFO	*	*	*	*	*	*	26	25	41	30	28	147	157	128	98	*	*	*	*	*	*	*	*	*	678	
18-E. M. PREF. ABELIARO GOULART DE SOUZA	*	*	*	*	51	49	71	78	72	74	55	94	81	51	40	*	*	*	*	*	*	*	*	*	716	
19-E. M. PREF. OTONI ROCHA	*	*	*	*	27	22	26	30	28	32	30	70	36	40	37	*	*	*	*	*	*	*	*	*	377	
20-E. M. PROF. WILSON PEDRO FRANCISCO	*	*	*	*	56	56	59	55	55	58	65	70	74	63	48	*	*	*	*	*	*	*	*	*	657	
21-E. M. PROF.ª MARIA GUILHERMINA DE SOUZA FREIRE	*	*	*	*	55	61	70	51	55	56	60	92	80	74	64	4	6	0	4	2	24	18	34	12	812	
22-E. M. PROF.ª SEVERINA DOS RAMOS DE SOUSA	*	*	*	*	16	22	32	40	37	48	59	169	119	117	109	*	*	*	*	*	*	*	*	*	768	
23-E. M. PROF.ª YOLANDA RANGEL PEREIRA	*	*	*	*	27	26	28	27	22	25	9	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	164	
24-E. M. RENATO GONÇALVES MARTINS	*	*	*	*	13	14	16	18	11	17	12	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	101	
25-E. M. SÃO SEBASTIÃO	*	*	*	*	5	7	5	3	8	5	2	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	35	
26-E. M. SEVERINO SALUSTIANO DE FARIAS	*	*	*	*	34	29	37	27	40	50	44	56	61	32	45	*	*	*	*	*	*	*	*	*	455	
27-E. M. SYLVIA SOUZA SIQUINELI	*	*	*	*	24	22	54	51	57	46	42	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	296	
28-E. M. TEREZA ARAUJO SAGÁRIO	*	*	*	*	73	65	70	76	79	81	50	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	494	
29-E. M. VER. AMÉRICO RODRIGUES DE AMORIM	*	*	*	*	24	23	22	27	28	21	34	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	177	
30-E. M. VER. JOSE GALIAÇO PRATA	*	*	*	*	48	35	53	52	59	59	49	80	65	95	48	*	*	*	*	*	*	*	*	*	611	
31-E. M. VER. TACIANO FERNANDES NUNES	*	*	*	*	87	69	76	71	92	54	72	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	501	
32-CIEP 300 MUNIC. PROF. VICENTE CICARINO	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	150	144	124	110	*	*	*	*	*	*	*	*	*	528	
33-CIEP 493 MUNIC. MTO FRANCISCO MIGONNE	*	*	*	*	*	*	86	78	89	85	60	109	95	59	54	5	3	*	4	7	*	33	4	42	822	
34-CIEP 697 MUNIC. PROF.ª SILVIA TUPINAMBA	*	*	*	*	39	43	52	47	40	54	39	70	66	48	22	*	*	*	*	*	*	*	*	*	520	
35-E. E. M. CAMILO CUQUEJO	*	*	*	*	7	3	7	7	6	3	8	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	35	
36-E. E. M. CARMEM MENEZES DIREITO	*	*	*	*	47	30	46	50	40	48	50	88	69	46	37	*	*	*	*	*	*	*	*	*	551	
37-E. E. M. CHAPERÓ	*	*	*	*	*	*	35	74	54	66	55	94	91	91	56	*	*	*	*	*	*	*	*	*	616	
38-E. E. M. FAZ. SANTA CÂNDIDA	*	*	*	*	15	17	19	20	22	27	24	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	144	
39-E. E. M. SANTA ROSA	*	*	*	*	*	*	11	9	21	14	14	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	89	
40-E. E. M. TACIANO BASILIO	*	*	*	*	2	2	1	3	3	3	1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	15	
41-E. E. M. VALINHA	*	*	*	*	9	14	18	22	20	26	11	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	120	
42-CESMI	*	*	*	*	*	*	*	*	*	19	11	30	62	80	67	*	*	*	*	*	*	*	*	*	269	
43-CEMAEE	*	*	*	*	*	*	3	2	5	5	14	*	*	*	1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	30	
44-E. M. E. I. HYPÓLITO VIEIRA DE CARVALHO	*	*	*	*	77	84	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	161	
45-E. M. E. I. MONTEIRO LOBATO	*	*	*	*	88	81	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	189	
46-E. M. E. I. PREF. ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO	*	*	*	*	101	91	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	192	
47-C. M. APARECIDA AZEDO	14	40	40	37	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	131	
48-C. M. MARIA EDUVIGES DO ROSARIO SILVA	15	20	39	38	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	112	
49-C. M. FRANCISCO XAVIER DE MOURA BRITO	15	40	40	40	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	135	
50-C. M. EDSON CRUZ AMADO	15	39	42	39	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	135	
51-C. M. VER. JOSÉ ANTÔNIO CARRASCO	15	37	38	39	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	129	
52-C. M. EUCLYDES JOSÉ BORGES	15	40	40	42	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	137	
53-C. M. PROF. GOETHE COUTINHO MADRUGA	15	20	40	38	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	113	
54-C. M. PROF.ª MARIA CRISTINA PADELA CABRAL DA SILVA	15	41	41	44	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	141	
55-G. M. PROF.ª TÂNIA MARA MOTA MENEZES	14	41	38	40	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	133	
56-C. M. PROF. JOAQUIM INOUE	15	39	40	37	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	131	
57-C. M. PROF.ª ELIANE LOPES BARBOSA	11	20	39	36	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	106	
58-C. M. PROF.ª MARIA DE LUISES SOUZA GARCIA	14	38	36	40	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	128	
59-C. M. DANIELLE BATISTA DA SILVA	16	40	39	38	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	133	
60-C. M. RITA FERREIRA FEIJÓ	12	40	39	39	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	130	
61-C. M. PROF. RENATO BARBOSA LADISLAU	15	40	40	40	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	135	
62-C. M. FLORENTINO ELIAS	15	39	40	40	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	134	
63-C. M. MARIA ROSA GOMES DO NASCIMENTO	15	18	19	19	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	71	
Total Geral	246	592	650	646	1.450	1.425	1.595	1.705	1.744	1.721	1.580	1.898	1.735	1.449	1.214	18	18	2	26	16	66	94	115	98	20.101	

Educação Infantil			
Creche		Pré Escola	
Bergão B1	248	Pré I	1.450
Nível I, II e Nível III	1.888	Pré II	1.425
Sub-Total	2.134	Sub-Total	2.875
5.009			

Ensino Fundamental			
Anos Iniciais	Anos Finais	EJA Iniciais	EJA Finais
8.345	6.296	80	373

Nível / Modalidade	Quantitativo
Educação Infantil / Creche	2.134
Educação Infantil / Pré Escola	2.875
Ensino Fundamental / Anos Iniciais	8.345
Ensino Fundamental / Anos Finais	6.296
EJA	453
Total Final	20.103



ANEXO III

QUANTIDADE DE APLICAÇÕES TRIMESTRAIS

Nº	LOCAL	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES TRIMESTRAIS (DESINSETIZAÇÃO / DESRATIZAÇÃO / DESALOJAMENTO / DESCUPINIZAÇÃO)
1	OFICINA DE COSTURA	4
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	4
3	DEPÓSITO MUNICIPAL 1	4
4	DEPÓSITO MUNICIPAL 2	4
5	DEPÓSITO MUNICIPAL 3	4
6	GALPÃO	4
7	C.M. SENADOR TEOTÔNIO VILELLA	4
8	CEI / CESMI	4
9	E.M. ALEXANDRE IGNÁCIO	4
10	E.M. AMAURI FERREIRA	4
11	E.M. ANTÔNIO TUPINAMBÁ	4
12	E.M. ARGENTINA COUTINHO	4
13	E.M. CORONEL ALZIRO SANTIAGO	4
14	E.M. DAS ACÁCIAS	4
15	E.M. EIDER RIBEIRO DANTAS	4
16	E.M. ELMIRA FIGUEIRA	4
17	E.M. ELMO BAPTISTA COELHO	4
18	E.M. FUSAO FUKAMATI	4
19	E.M. JARDIM MAR - PROFª MARIANILDE SIQUEIRA GONÇALVES	4
20	E.M. JOÃO VICENTE SOARES	4
21	E.M. JORGE FLORES DA SILVA	4
22	E.M. OSCAR JOSÉ DE SOUZA	4
23	E.M. PADRE RAFAEL SCARFÓ	4
24	E.M. PREFEITO ABEILARD GOULART DE SOUZA	4
25	E.M. PREFEITO OTONIO ROCHA	4



26	E.M. PREFEITO WILSON PEDRO FRANCISCO	4
27	E.M. PROFESSORA MARIA GUILHERMINA DE SOUZA FREIRE	4
28	E.M. PROFESSORA SEVERINA DOS RAMOS DE SOUSA	4
29	E.M. PROFESSORA YOLANDA RANGEL PEREIRA	4
30	E.M. RENATO GONÇALVES MARTINS	4
31	E.M. SÃO SEBASTIÃO	4
32	E.M. SEVERINO SALUSTIANO DE FARIAS	4
33	E.M. SYLVIA SOUZA SIQUINELI	4
34	E.M. TEREZA ARAÚJO SAGÁRIO	4
35	E.M. VEREADOR AMÉRICO RODRIGUES DE AMORIM	4
36	E.M. VEREADOR JOSÉ GALLIAÇO PRATA	4
37	E.M. VEREADOR TACIANO FERNANDES NUNES	4
38	CIEP 300 MUNIC. PREFEITO VICENTE CICARINO	4
39	CIEP 496 MUNIC. MAESTRO FRANCISCO MIGNONE	4
40	CIEP 497 MUNIC. PROFESSORA SÍLVIA TUPINAMBÁ	4
41	E.E.M. CAMILO CUQUEJO	4
42	E.E.M. CARMEM MENEZES DIREITO	4
43	E.E.M. CHAPERÓ	4
44	E.E.M. MAZOMBA - DR. JORGE ABRAHÃO	4
45	E.E.M. FAZENDA SANTA CÂNDIDA	4
46	E.E.M. VALINHA - PEDRO ANTÔNIO DE AGUIAR	4
47	E.E.M. SANTA ROSA	4
48	E.E.M. TACIANO BASÍLIO	4
49	C.M. DANIELLE BATISTA DA SILVA	4
50	C.M. APARECIDA AZÊDO	4
51	C.M. MARIA EDUVIGES DO ROSARIO SILVA	4
52	C.M. FRANCISCO XAVIER DE MOURA	4
53	C.M. EDSON CRUZ AMADO	4
54	C.M. VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO CARRASCO	4
55	C.M. EUCLYDES JOSÉ BORGES	4



56	C.M. FLORENTINO ELIAS	4
57	C.M. PROFESSOR GOETHE COUTINHO MADRUGA	4
58	C.M. PROFESSOR JOAQUIM INOUÊ	4
59	C.M. PROFESSOR RENATO BARBOSA LADISLAU	4
60	C.M. PROFESSORA ELIANE LOPES BARBOSA	4
61	C.M. PROFESSORA MARIA CRISTINA PADELA CABRAL DA SILVA	4
62	C.M. PROFESSORA MARIA DE LURDES SOUZA GARCIA	4
63	C.M. PROFESSORA TÂNIA MARA MOTTA DE MENEZES	4
64	C.M. RITA FERREIRA FEIJÓ	4
65	C.M. MARIA ROSA GOMES DO NASCIMENTO	4
66	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL HYPOLITO VIERA DE CARVALHO	4
67	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO	4
68	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO	4
69	CEMAEE	4
70	COMPLEXO (ESCOLA / CRECHE / QUADRA) - PIRANEMA	4
-	TOTAL DE APLICAÇÕES / SERVIÇOS - ANUAL	280



ANEXO IV

ENDEREÇOS DAS UNIDADES

ID	UNIDADE	ENDEREÇO
1	CEI - Centro Educacional de Itaguaí CESMI - Centro Municipal de Estudos Supletivos de Itaguaí	Rua João Rosa Gonzales, 1242, CEP: 23820-380, Engenho, Itaguaí/RJ.
2	Colégio Municipal Senador Teotônio Vilella	Rua Ivete Lino Ribeiro, 22, CEP: 23810-540, Centro, Itaguaí/RJ.
3	Escola Municipal Alexandre Ignácio	Estrada do Caçador, S/N.º, CEP: 23835-090, Ibituporanga, Itaguaí/RJ.
4	Escola Municipal Amauri Ferreira	Rua Guilherme Serrano, S/N.º, CEP: 23825-480, Vila Geny.
5	Escola Municipal Antônio Tupinambá	Rua Júlio Verne, Qd 45, S/Nº, CEP: 23820-770, Vila Margarida, Itaguaí/RJ.
6	Escola Municipal Argentina Coutinho	Rua Santa Maria, S/Nº, CEP: 23830-000, Brisamar, Itaguaí/RJ.
7	Escola Municipal Coronel Alziro Santiago	Estrada do Mazomba, S/Nº, CEP: 23830-250, Mazomba, Itaguaí/RJ.
8	Escola Municipal das Acácias	Rua das Camélias, S/Nº, Qd 131, CEP: 23830-395, Parque Primavera, Itaguaí/RJ.
9	Escola Municipal Eider Ribeiro Dantas	Rua Praia Salina, S/Nº, CEP: 23830-250, Brisamar, Itaguaí/RJ.
10	Escola Municipal Elmira Figueira	Rua Tocantins, S/N.º, CEP: 23815-180, Estrela do Céu, Itaguaí/RJ.
11	Escola Municipal Elmo Baptista Coelho	Est Joaquim Fernandes, 407/409, CEP: 23821-450, Ilha da Madeira, Itaguaí/RJ.
12	Escola Municipal Fusao Fukamati	Rua Dezoito, S/Nº, Qd 18, CEP: 23835-000, Gleba A - Chaperó, Itaguaí/RJ.
13	E. M. Jardim Mar - Profª Marianilde Siqueira Gonçalves	Rua Capitão Landulfo Alves de Almeida, Qd 39, CEP: 23823-000, Jardim Mar, Itaguaí/RJ.
14	Escola Municipal João Vicente Soares	Av. Machado de Assis c/ a Rua Cesar Lattes, S/Nº, CEP 23811-140, Vila Ibirapitanga, Itaguaí/RJ.
15	Escola Municipal Jorge Flores da Silva	Rua Ary Parreira esquina com Estrada do Tronco, S/Nº, CEP: 23.820-303, Jardim Weda, Itaguaí/RJ.
16	Escola Municipal Oscar José de Souza	Rua Lucia Tieme Hara, S/Nº, CEP: 23810-170, Santana, Itaguaí/RJ.
17	Escola Municipal Padre Rafael Scarfó	Rua Elvira Ciuffo Cicarino, 40, CEP: 23821-135, Vila Margarida, Itaguaí/RJ.



18	Escola Municipal Prefeito Abeilard Goulart de Souza	Rua Jonas da Costa Pereira, S/Nº, CEP: 23815-100, Parque Paraíso, Itaguaí/RJ.
19	Escola Municipal Prefeito Otoni Rocha	Rua Vereador Darci Teixeira Fontes, S/Nº, CEP: 23821-210, Centro, Itaguaí/RJ.
20	Escola Municipal Prefeito Wilson Pedro Francisco	Estrada do Teixeira, S/Nº, CEP: 23820-275, Vista Alegre, Itaguaí/RJ.
21	Escola Municipal Prof. ^a Maria Guilhermina de Souza Freire	Estrada do Mazomba, S/Nº, CEP: 23830-000, Leandro, Itaguaí/RJ.
22	Escola Municipal Prof. ^a Severina dos Ramos de Sousa	Rua Evelina Reis e Geny Reis, Lote 25, 26 e 27, CEP: 23825-350, Vila Geny, Itaguaí/RJ.
23	Escola Municipal Prof. ^a Yolanda Rangel Pereira	R Francisco Costa Pereira, S/Nº, CEP: 23820-240 Engenho, Itaguaí/RJ.
24	Escola Municipal Renato Gonçalves Martins	Est. Jose Paulo Andrade, 2584, CEP: 23855-120, Chaperó, Itaguaí/RJ.
25	Escola Municipal São Sebastião	Estr. Zeferino Goulart, S/Nº, CEP: 23830-000, Raiz da Serra, Itaguaí/RJ.
26	Escola Municipal Severino Salustiano de Farias	Rua Genecildo A Vieira esquina com Rua 2, S/Nº, CEP: 23820-270 Teixeira, Itaguaí/RJ.
27	Escola Municipal Sylvia Souza Siquineli	Estr. Décio Muniz da Silva Filho, CEP: 23835-000 - Lagoa Nova Gleba B – Chaperó, Itaguaí/RJ.
28	Escola Municipal Tereza de Araújo Sagário	Av. Tabajara, S/Nº, CEP: 23812-150, Ibirapitanga, Itaguaí/RJ.
29	Escola Municipal Vereador Américo Rodrigues de Amorim	R Sebastião Bruno de Oliveira, S/Nº, CEP: 23826-320 Itimirim, Itaguaí/RJ.
30	Escola Municipal Vereador José Galliaço Prata	Est. do Teixeira, S/Nº, CEP: 23820-275, Amendoeira, Itaguaí/RJ.
31	Escola Municipal Vereador Taciano Fernandes Nunes	Av. Gov. Mario Covas, 36, CEP: 23826-240, Jamelão, Itaguaí/RJ.
32	CIEP 300 Municipalizado Prefeito Vicente Cicarino	Estr. Dep. Octávio Cabral, S/Nº, CEP: 23810-085, Santana, Itaguaí/RJ.
33	CIEP 496 Municipalizado Maestro Francisco Mignone	Rua Kaiser Abraão, S/Nº, CEP: 23810-280, Monte Serrat, Itaguaí/RJ.
34	CIEP 497 Municipalizado Prof. ^a Sílvia Tupinambá	R Manoel Soares da Costa, S/Nº, CEP: 23821-740, Engenho, Itaguaí/RJ.
35	Escola Estadual Municipalizada Camilo Cuquejo	Estr. Jair Pereira Nascimento, S/Nº, CEP: 23830-330, Palmeiras - Mazomba, Itaguaí/RJ.
36	Escola Estadual Municipalizada Carmem Menezes Direito	Rua Manoel Araújo dos Santos, S/Nº, CEP: 23825-435, Brisamar, Itaguaí/RJ.
37	Escola Estadual Municipalizada Chaperó	Rua Dezesseis, S/Nº, CEP: 23835-000, Gleba B, Chaperó, Itaguaí/RJ.



38	Escola Estadual Municipalizada Mazomba - Dr. Jorge Abrahão	Estrada do Mazomba, 22, CEP: 23830-250, Mazomba, Itaguaí/RJ.
39	Escola Estadual Municipalizada Fazenda Santa Cândida	R Altamiro Domiciano da Cruz, S/Nº, CEP: 23830-640, Santa Cândida, Itaguaí/RJ.
40	Escola Estadual Municipalizada Valinha - Pedro Antônio de Aguiar	Estr. da Valinha, S/N.º, CEP: 23855-000, Piranema, Itaguaí/RJ.
41	Escola Estadual Municipalizada Santa Rosa	Estrada Santa Rosa, 2587, CEP: 23855-205, Santa Rosa, Itaguaí/RJ.
42	Escola Estadual Municipalizada Taciano Basílio	Estr. Bom Jardim (Estr. Caçador), 953, CEP: 23835-700, Saco da Prata, Itaguaí/RJ.
43	Escola Municipal de Educação Infantil Hypolito Vieira de Carvalho	R. Estados Unidos, S/N.º, CEP: 23810-100, Jardim América, Itaguaí/RJ.
44	Escola Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato	Rua Kaissar Abraão, 9, CEP: 23810-560, Monte Serrat, Itaguaí/RJ.
45	Escola Municipal de Educação Infantil Prefeito Isoldackson Cruz de Brito	Rua Dezesesseis, 180, CEP: 23812-285, Gleba B - Chaperó, Itaguaí/RJ.
46	Creche Municipal Aparecida Azêdo	Estrada do Teixeira, 2, CEP: 23820-275, Vista Alegre, Itaguaí/RJ.
47	Creche Municipal Maria Eduviges do Rosario Silva	Rua Magdalena Torturelle, S/Nº, CEP: 23830-000, Brisamar, Itaguaí/RJ.
48	Creche Municipal Danielle Batista da Silva	Rua A, Qd 06 Lt 26, CEP: 23811-703, 26 de Dezembro, Itaguaí/RJ.
49	Creche Municipal Edson Cruz Amado	Rua Argentina, esquina com a Rua Bolívia, Quadra 16, CEP: 23810-130, Jardim América, Itaguaí/RJ.
50	Creche Municipal Vereador José Antônio Carrasco	Rua Eduardo de Oliveira Júnior, S/Nº, CEP: 23820-480, Estrela do Céu, Itaguaí/RJ.
51	Creche Municipal Euclides José Borges	Rua Salim Francisco do Nascimento (Antiga Rua 41), S/Nº, CEP: 23820-100, Engenho, Itaguaí/RJ.
52	Creche Municipal Florentino Elias - Fula	Rua das Tulipas, S/Nº, CEP: 23830-400, Parque Primavera, Itaguaí/RJ.
53	Creche Municipal Francisco Xavier de Moura Brito (Chico Pitanga)	Rua Manoel Soares da Costa, S/Nº, CEP: 23821-740, Engenho, Itaguaí/RJ.
54	Creche Municipal Professor Goethe Coutinho Madruga	Rua dos Coqueiros, Qd. 39, CEP: 23823-120, Jardim Mar, Itaguaí/RJ.
55	Creche Municipal Professor Joaquim Inouê	Rua Dezoito, Qd. 22, CEP: 23815-000, Gleba A, Chaperó, Itaguaí/RJ.
56	Creche Municipal Prof. Renato Barbosa Ladislau	Estrada do Mazomba, S/Nº, CEP: 23830-000, Leandro, Itaguaí/RJ.
57	Creche Municipal Professora Eliane Lopes Barbosa (Vila Geny)	Rua Odilon Penolon Fialho, S/Nº, CEP: 23825-160, Vila Geny, Itaguaí/RJ.
58	Creche Municipal Prof.ª M.ª Cristina Padela Cabral da Silva	Rua Prof. José de Moraes Dias, S/Nº, CEP: 23810-211, Parque Paraíso, Itaguaí/RJ.



59	Creche Municipal Profª Maria de Lurdes Souza Garcia	Rua Machado de Assis, S/Nº, CEP: 23811-820, Vila Ibirapitanga, Itaguaí/RJ.
60	Creche Municipal Prof.ª Tânia Mara Motta de Menezes	Ruas Dezesete, S/Nº, CEP: 23845-770, Brisamar, Itaguaí/RJ.
61	Creche Municipal Rita Ferreira Feijó	Av. Guilherme Serrano, Lotes 8,9,10,11,12 e 13, CEP: 23825-480, Vila Geny, Itaguaí/RJ
62	Creche Municipal Maria Rosa Gomes do Nascimento	Rua Três, esquina com a Estrada do caçador, lote 638, Fazenda Arapucaia - Guaçu, Teixeira, Itaguaí – RJ.
63	CEMAEE - Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado	Rua José Bonifácio, esquina com a Rua Conselheiro Lafaiete, CEP: 23815-650, Centro, Itaguaí/RJ.
64	Oficina de Costura	Avenida Isoldackson Cruz de Brito, lote 21
65	Secretaria Municipal de Educação	Avenida Pref. Isoldackson Cruz de Brito, 18.745
66	Depósito Municipal 1	Rua Joaquim Ferreira da Costa
67	Depósito Municipal 2	Rua Nilda Medeiros Rodrigues, s/n
68	Depósito Municipal 3	Rua Ary Parreira, nº 1.572
69	Galpão	Rua Alzira Santiago, s/n
70	Complexo (Escola / Creche / Quadra) - Piranema	Rua 13, Esquina com Rua 12, S/Nº, QD 1



ANEXO V

ÁREAS DE CADA INSTALAÇÃO PREDIAL

ITEM	NOME DA UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO	ÁREA ESTIMADA (M²)
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
1	OFICINA DE COSTURA	AVENIDA ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO, LOTE 21	VILA MARGARIDA	366,00 m²
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA PREF. ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO, 18.745	VILA MARGARIDA	990,00 m²
3	DEPÓSITO MUNICIPAL 1	RUA JOAQUIM FERREIRA DA COSTA	VILA MARGARIDA	420,00 m²
4	DEPÓSITO MUNICIPAL 2	RUA NILDA MEDEIROS RODRIGUES, S/N	MONTE SERRAT	622,77 m²
5	DEPÓSITO MUNICIPAL 3	RUA ARY PARREIRA, N° 1.572	ENGENHO	73,00 m²
6	GALPÃO	RUA ALZIRA SANTIAGO, S/N	VILA MARGARIDA	395,00 m²
ÁREA TOTAL:				2.866,77 m²
ESCOLAS MUNICIPAIS				
7	C.M. SENADOR TEOTÔNIO VILELLA	RUA IVETE LINO RIBEIRO - N°22	CENTRO	1.747,88 m²
8	CEI / CESMI	RUA JOÃO ROSA GONZALES - S/N	ENGENHO	1.654,00 m²
9	E.M. ALEXANDRE IGNÁCIO	ESTRADA DO CAÇADOR - S/N	VILA GENY	260,00 m²
10	E.M. AMAURI FERREIRA	RUA GUILHERME SERRANO - S/N	VILA GENY	1.446,46 m²
11	E.M. ANTÔNIO TUPINAMBÁ	RUA JÚLIO VERNE - QD 45, S/N	VILA MARGARIDA	1.347,60 m²
12	E.M. ARGENTINA COUTINHO	RUA SANTA MARIA - S/N	BRISAMAR	1.446,46 m²
13	E.M. CORONEL ALZIRO SANTIAGO	ESTRADA DO MAZOMBA - S/N	MAZOMBA	603,46 m²
14	E.M. DAS ACÁCIAS	RUA DAS CAMÉLIAS - S/N QD 131	PARQUE PRIMAVERA	1.688,99 m²
15	E.M. EIDER RIBEIRO DANTAS	RUA PRAIA DA SALINA - S/N	BRISAMAR	1.446,46 m²
16	E.M. ELMIRA FIGUEIRA	RUA TOCANTINS - S/N	ESTRELA DO CÉU	1.602,47 m²
17	E.M. ELMO BAPTISTA COELHO	EST. JOAQUIM FERNANDES - N°407/409	ILHA DA MADEIRA	1.446,46 m²



18	E.M. FUSAO FUKAMATI	RUA DEZOITO - S/N QD 18	GLEBA A / CHAPERÓ	1.446,46 m²
19	E.M. JARDIM MAR - PROFª MARIANILDE SIQUEIRA GONÇALVES	RUA CAPITÃO LANDULFO ALVES DE ALMEIDA - QD 39	JARDIM MAR	941,33 m²
20	E.M. JOÃO VICENTE SOARES	AV. MACHADO DE ASSIS - S/N	VILA IBIRAPITANGA	1.446,46 m²
21	E.M. JORGE FLORES DA SILVA	RUA ARY PARREIRA - S/N	JARDIM WEDA	1.446,46 m²
22	E.M. OSCAR JOSÉ DE SOUZA	RUA LUCIA TIEME HARA - S/N	SANTANA	1.446,46 m²
23	E.M. PADRE RAFAEL SCARFÓ	RUA ELVIRA CIUFFO CICARINO - Nº 40	VILA MARGARIDA	1.332,15 m²
24	E.M. PREFEITO ABEILARD GOULART DE SOUZA	RUA JONAS DA COSTA PEREIRA - S/N	PARQUE PARAÍSO	1.850,78 m²
25	E.M. PREFEITO OTONIO ROCHA	RUA VEREADOR DARCI TEIXEIRA FONTES - S/N	CENTRO	1.446,46 m²
26	E.M. PREFEITO WILSON PEDRO FRANCISCO	ESTRADA DO TEIXEIRA - S/N	VISTA ALEGRE	1.446,46 m²
27	E.M. PROFESSORA MARIA GUILHERMINA DE SOUZA FREIRE	ESTRADA DO MAZOMBA - S/N	LEANDRO	1.441,56 m²
28	E.M. PROFESSORA SEVERINA DOS RAMOS DE SOUSA	RUA EVELINA EIS E GENY REIS - LOTE 25, 26 E 27	VILA GENY	2.860,73 m²
29	E.M. PROFESSORA YOLANDA RANGEL PEREIRA	RUA FRANCISCO COSTA PEREIRA - S/N	ENGENHO	1.446,46 m²
30	E.M. RENATO GONÇALVES MARTINS	EST. JOSE PAULO ANDRADE - Nº 2584	CHAPERÓ	463,42 m²
31	E.M. SÃO SEBASTIÃO	EST. ZEFERINO GOULART - S/N	RAIZ DA SERRA	574,73 m²
32	E.M. SEVERINO SALUSTIANO DE FARIAS	RUA GENECCILDO A. VIEIRA - S/N	TEIXEIRA	1.125,00 m²
33	E.M. SYLVIA SOUZA SIQUINELI	EST. DÉCIO MUNIZ DA SILVA FILHO	GLEBA B / CHAPERÓ	1.446,46 m²
34	E.M. TEREZA ARAÚJO SAGÁRIO	AV. TABAJARA - S/N	IBIRAPITANGA	1.041,90 m²
35	E.M. VEREADOR AMÉRICO RODRIGUES DE AMORIM	RUA SEBASTIÃO BRUNO DE OLIVEIRA - S/N	ITIMIRIM	695,12 m²
36	E.M. VEREADOR JOSÉ GALLIAÇO PRATA	EST. DO TEIXEIRA - S/N	AMENDOEIRA	1.446,46 m²
37	E.M. VEREADOR TACIANO FERNANDES NUNES	AV. GOV. MARIO COVAS - Nº 36	JAMELÃO	863,39 m²
		ÁREA TOTAL:		40.898,49 m²



ESCOLAS MUNICIPALIZADAS				
38	CIEP 300 MUNIC. PREFEITO VICENTE CICARINO	EST. DEP. OCTÁVIO CABRAL - S/N	SANTANA	5.663,02 m²
39	CIEP 496 MUNIC. MAESTRO FRANCISCO MIGNONE	RUA KAISSAR ABRAÃO - S/N	MONTE SERRAT	5.663,02 m²
40	CIEP 497 MUNIC. PROFESSORA SÍLVIA TUPINAMBÁ	RUA MANOEL SOARES DA COSTA - S/N	ENGENHO	5.663,02 m²
41	E.E.M. CAMILO CUQUEJO	EST. JAIR PEREIRA NASCIMENTO - S/N	PALMEIRAS / MAZOMBA	476,40 m²
42	E.E.M. CARMEM MENEZES DIREITO	RUA MANOEL ARAÚJO DOS SANTOS - S/N	BRISAMAR	1.446,46 m²
43	E.E.M. CHAPERÓ	RUA DEZESSEIS - S/N	GLEBA B / CHAPERÓ	1.446,46 m²
44	E.E.M. MAZOMBA - DR. JORGE ABRAHÃO	ESTRADA DO MAZOMBA - N° 22	MAZOMBA	712,36 m²
45	E.E.M. FAZENDA SANTA CÂNDIDA	RUA ALTAMIRO DOMICIANO DA CRUZ - S/N	SANTA CÂNDIDA	937,88 m²
46	E.E.M. VALINHA - PEDRO ANTÔNIO DE AGUIAR	EST. DA VALINHA - S/N	PIRANEMA	562,51 m²
47	E.E.M. SANTA ROSA	EST. SANTA ROSA - N° 2587	SANTA ROSA	336,85 m²
48	E.E.M. TACIANO BASÍLIO	EST. BOM JARDIM (EST. DO CAÇADOR - N° 953	SACO DA PRATA	353,42 m²
		ÁREA TOTAL:		23.261,40 m²
CRECHES MUNICIPAIS				
49	C.M. DANIELLE BATISTA DA SILVA	RUA A - QD 06 LT26 DE DEZEMBRO	26 DE DEZEMBRO	593,42 m²
50	C.M. APARECIDA AZÊDO	ESTRADA DO TEIXEIRA - N° 2	VISTA ALEGRE	874,36 m²
51	C.M. MARIA EDUVIGES DO ROSARIO SILVA	RUA MAGDALENA TORTORELLE	BRISAMAR	732,05 m²
52	C.M. FRANCISCO XAVIER DE MOURA	RUA MANOEL SOARES DA COSTA - S/N	ENGENHO	916,90 m²
53	C.M. EDSON CRUZ AMADO	RUA ARGENTINA - QD 16	JARDIM AMÉRICA	874,36 m²
54	C.M. VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO CARRASCO	RUA EDUARDO DE OLIVEIRA JÚNIOR - S/N	ESTRELA DO CÉU	949,73 m²
55	C.M. EUCLYDES JOSÉ BORGES	RUA SALIM FRANCISCO DO NASCIMENTO (ANTIGA RUA 41 - S/N	ENGENHO	941,33 m²



56	C.M. FLORENTINO ELIAS	RUA DAS TULIPAS - S/N	PARQUE PRIMAVERA	950,57 m²
57	C.M. PROFESSOR GOETHE COUTINHO MADRUGA	RUA DOS COQUEIROS - QD 39	JARDIM MAR	941,33 m²
58	C.M. PROFESSOR JOAQUIM INOUÊ	RUA DEZOITO - QD 22	GLEBA A / CHAPERÓ	874,36 m²
59	C.M. PROFESSOR RENATO BARBOSA LADISLAU	ESTRADA DO MAZOMBA - S/N	LEANDRO	950,57 m²
60	C.M. PROFESSORA ELIANE LOPES BARBOSA	RUA ODILON PENOLON FIALHO - S/N	VILA GENI	874,36 m²
61	C.M. PROFESSORA MARIA CRISTINA PADELA CABRAL DA SILVA	RUA PROF. JOSÉ DE MORAES DIAS / S/N	PARQUE PARAÍSO	732,05 m²
62	C.M. PROFESSORA MARIA DE LURDES SOUZA GARCIA	RUA MACHADO DE ASSIS - S/N	VILA IBIRAPITANGA	941,33 m²
63	C.M. PROFESSORA TÂNIA MARA MOTTA DE MENEZES	RUA DEZESSETE - S/N	BRISAMAR	941,33 m²
64	C.M. RITA FERREIRA FEIJÓ	AV. GUILHERME SERRANO - LT 8, 9, 10, 11, 12 E 13	VILA GENY	941,33 m²
65	C.M. MARIA ROSA GOMES DO NASCIMENTO	RUA TRÊS, ESQUINA COM ESTRADA CAÇADOR, LT 638, FAZENDA ARAPUCAIA	TEIXEIRA	668,30 m²
		ÁREA TOTAL:		14.697,68 m²
ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
66	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL HYPOLITO VIERA DE CARVALHO	RUA PUBLICITÁRIO NELSON NEGRÃO ROMAR - S/N	JARDIM AMÉRICA	874,36 m²
67	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO	RUA KAISSAR ABRAÃO - N° 9	MONTE SERRAT	865,51 m²
68	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO	RUA DEZESSEIS - N° 180	GLEBA B / CHAPERÓ	766,78 m²
		ÁREA TOTAL:		2.506,65 m²
ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL				
69	CEMAEE - CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	RUA JOSÉ BONIFÁCIO	CENTRO	1.826,33 m²
		ÁREA TOTAL:		1.826,33 m²
UNIDADES ESCOLARES EM CONSTRUÇÃO				



70	COMPLEXO (ESCOLA / CRECHE / QUADRA) - PIRANEMA	RUA 13, ESQUINA COM RUA 12, S/Nº, QD 1	PIRANEMA	3.154,68 m²
		ÁREA TOTAL:		3.154,68 m²
TOTAL				
TOTAL = 70		ÁREA TOTAL:		89.212 m²





ANEXO VI

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	NOME DA UNIDADE	ENDEREÇO	ÁREA ESTIMADA (M²)	QUANTIDADE E DE APLICAÇÕES	VALOR (M²)	VALOR APLICAÇÃO	VALOR TOTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
1	OFICINA DE COSTURA	AVENIDA ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO, LOTE 21	366,00 m²	4			
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA PREF. ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO, 18.745	990,00 m²	4			
3	DEPÓSITO MUNICIPAL 1	RUA JOAQUIM FERREIRA DA COSTA	420,00 m²	4			
4	DEPÓSITO MUNICIPAL 2	RUA NILDA MEDEIROS RODRIGUES, S/N	622,77 m²	4			
5	DEPÓSITO MUNICIPAL 3	RUA ARY PARREIRA, N° 1.572	73,00 m²	4			
6	GALPÃO	RUA ALZIRA SANTIAGO, S/N	395,00 m²	4			
ÁREA TOTAL:			2.866,77 m²				
ESCOLAS MUNICIPAIS							
7	C.M. SENADOR TEOTÔNIO VILELLA	RUA IVETE LINO RIBEIRO - N°22	1.747,88 m²	4			
8	CEI / CESMI	RUA JOÃO ROSA GONZALES - S/N	1.654,00 m²	4			
9	E.M. ALEXANDRE IGNÁCIO	ESTRADA DO CAÇADOR - S/N	260,00 m²	4			
10	E.M. AMAURI FERREIRA	RUA GUILHERME SERRANO - S/N	1.446,46 m²	4			
11	E.M. ANTÔNIO TUPINAMBÁ	RUA JÚLIO VERNE - QD 45, S/N	1.347,60 m²	4			
12	E.M. ARGENTINA COUTINHO	RUA SANTA MARIA - S/N	1.446,46 m²	4			



13	E.M. CORONEL ALZIRO SANTIAGO	ESTRADA DO MAZOMBA - S/N	603,46 m²	4			
14	E.M. DAS ACÁCIAS	RUA DAS CAMÉLIAS - S/N QD 131	1.688,99 m²	4			
15	E.M. EIDER RIBEIRO DANTAS	RUA PRAIA DA SALINA - S/N	1.446,46 m²	4			
16	E.M. ELMIRA FIGUEIRA	RUA TOCANTINS - S/N	1.602,47 m²	4			
17	E.M. ELMO BAPTISTA COELHO	EST. JOAQUIM FERNANDES - Nº407/409	1.446,46 m²	4			
18	E.M. FUSAO FUKAMATI	RUA DEZOITO - S/N QD 18	1.446,46 m²	4			
19	E.M. JARDIM MAR - PROFª MARIANILDE SIQUEIRA GONÇALVES	RUA CAPITÃO LANDULFO ALVES DE ALMEIDA - QD 39	941,33 m²	4			
20	E.M. JOÃO VICENTE SOARES	AV. MACHADO DE ASSIS - S/N	1.446,46 m²	4			
21	E.M. JORGE FLORES DA SILVA	RUA ARY PARREIRA - S/N	1.446,46 m²	4			
22	E.M. OSCAR JOSÉ DE SOUZA	RUA LUCIA TIEME HARA - S/N	1.446,46 m²	4			
23	E.M. PADRE RAFAEL SCARFÓ	RUA ELVIRA CIUFFO CICARINO - Nº 40	1.332,15 m²	4			
24	E.M. PREFEITO ABEILARD GOULART DE SOUZA	RUA JONAS DA COSTA PEREIRA - S/N	1.850,78 m²	4			
25	E.M. PREFEITO OTONIO ROCHA	RUA VEREADOR DARCI TEIXEIRA FONTES - S/N	1.446,46 m²	4			
26	E.M. PREFEITO WILSON PEDRO FRANCISCO	ESTRADA DO TEIXEIRA - S/N	1.446,46 m²	4			
27	E.M. PROFESSORA MARIA GUILHERMINA DE SOUZA FREIRE	ESTRADA DO MAZOMBA - S/N	1.441,56 m²	4			
28	E.M. PROFESSORA SEVERINA DOS RAMOS DE SOUSA	RUA EVELINA EIS E GENY REIS - LOTE 25, 26 E 27	2.860,73 m²	4			



29	E.M. PROFESSORA YOLANDA RANGEL PEREIRA	RUA FRANCISCO COSTA PEREIRA - S/N	1.446,46 m ²	4			
30	E.M. RENATO GONÇALVES MARTINS	EST. JOSE PAULO ANDRADE - N° 2584	463,42 m ²	4			
31	E.M. SÃO SEBASTIÃO	EST. ZEFERINO GOULART - S/N	574,73 m ²	4			
32	E.M. SEVERINO SALUSTIANO DE FARIAS	RUA GENECILDO A. VIEIRA - S/N	1.125,00 m ²	4			
33	E.M. SYLVIA SOUZA SIQUINELI	EST. DÉCIO MUNIZ DA SILVA FILHO	1.446,46 m ²	4			
34	E.M. TEREZA ARAÚJO SAGÁRIO	AV. TABAJARA - S/N	1.041,90 m ²	4			
35	E.M. VEREADOR AMÉRICO RODRIGUES DE AMORIM	RUA SEBASTIÃO BRUNO DE OLIVEIRA - S/N	695,12 m ²	4			
36	E.M. VEREADOR JOSÉ GALLIAÇO PRATA	EST. DO TEIXEIRA - S/N	1.446,46 m ²	4			
37	E.M. VEREADOR TACIANO FERNANDES NUNES	AV. GOV. MARIO COVAS - N° 36	863,39 m ²	4			
ÁREA TOTAL:			40.898,49 m ²				
ESCOLAS MUNICIPALIZADAS							
38	CIEP 300 MUNIC. PREFEITO VICENTE CICARINO	EST. DEP. OCTÁVIO CABRAL - S/N	5.663,02 m ²	4			
39	CIEP 496 MUNIC. MAESTRO FRANCISCO MIGNONE	RUA KAISSAR ABRAÃO - S/N	5.663,02 m ²	4			
40	CIEP 497 MUNIC. PROFESSORA SÍLVIA TUPINAMBÁ	RUA MANOEL SOARES DA COSTA - S/N	5.663,02 m ²	4			
41	E.E.M. CAMILO CUQUEJO	EST. JAIR PEREIRA NASCIMENTO - S/N	476,40 m ²	4			



42	E.E.M. CARMEM MENEZES DIREITO	RUA MANOEL ARAÚJO DOS SANTOS - S/N	1.446,46 m²	4			
43	E.E.M. CHAPERÓ	RUA DEZESSEIS - S/N	1.446,46 m²	4			
44	E.E.M. MAZOMBA - DR. JORGE ABRAHÃO	ESTRADA DO MAZOMBA - N° 22	712,36 m²	4			
45	E.E.M. FAZENDA SANTA CÂNDIDA	RUA ALTAMIRO DOMICIANO DA CRUZ - S/N	937,88 m²	4			
46	E.E.M. VALINHA - PEDRO ANTÔNIO DE AGUIAR	EST. DA VALINHA - S/N	562,51 m²	4			
47	E.E.M. SANTA ROSA	EST. SANTA ROSA - N° 2587	336,85 m²	4			
48	E.E.M. TACIANO BASÍLIO	EST. BOM JARDIM (EST. DO CAÇADOR - N° 953	353,42 m²	4			
ÁREA TOTAL:			23.261,40 m²				
CRECHES MUNICIPAIS							
49	C.M. DANIELLE BATISTA DA SILVA	RUA A - QD 06 LT26 DE DEZEMBRO	593,42 m²	4			
50	C.M. APARECIDA AZÊDO	ESTRADA DO TEIXEIRA - N° 2	874,36 m²	4			
51	C.M. MARIA EDUVIGES DO ROSARIO SILVA	RUA MAGDALENA TORTORELLE	732,05 m²	4			
52	C.M. FRANCISCO XAVIER DE MOURA	RUA MANOEL SOARES DA COSTA - S/N	916,90 m²	4			
53	C.M. EDSON CRUZ AMADO	RUA ARGENTINA - QD 16	874,36 m²	4			
54	C.M. VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO CARRASCO	RUA EDUARDO DE OLIVEIRA JÚNIOR - S/N	949,73 m²	4			
55	C.M. EUCLYDES JOSÉ BORGES	RUA SALIM FRANCISCO DO NASCIMENTO (ANTIGA RUA 41 - S/N	941,33 m²	4			



56	C.M. FLORENTINO ELIAS	RUA DAS TULIPAS - S/N	950,57 m ²	4			
57	C.M. PROFESSOR GOETHE COUTINHO MADRUGA	RUA DOS COQUEIROS - QD 39	941,33 m ²	4			
58	C.M. PROFESSOR JOAQUIM INOUÊ	RUA DEZOITO - QD 22	874,36 m ²	4			
59	C.M. PROFESSOR RENATO BARBOSA LADISLAU	ESTRADA DO MAZOMBA - S/N	950,57 m ²	4			
60	C.M. PROFESSORA ELIANE LOPES BARBOSA	RUA ODILON PENOLON FIALHO - S/N	874,36 m ²	4			
61	C.M. PROFESSORA MARIA CRISTINA PADELA CABRAL DA SILVA	RUA PROF. JOSÉ DE MORAES DIAS / S/N	732,05 m ²	4			
62	C.M. PROFESSORA MARIA DE LURDES SOUZA GARCIA	RUA MACHADO DE ASSIS - S/N	941,33 m ²	4			
63	C.M. PROFESSORA TÂNIA MARA MOTTA DE MENEZES	RUA DEZESSETE - S/N	941,33 m ²	4			
64	C.M. RITA FERREIRA FEIJÓ	AV. GUILHERME SERRANO - LT 8, 9, 10, 11, 12 E 13	941,33 m ²	4			
65	C.M. MARIA ROSA GOMES DO NASCIMENTO	RUA TRÊS, ESQUINA COM ESTRADA CAÇADOR, LT 638, FAZENDA ARAPUCAIA	668,30 m ²	4			
ÁREA TOTAL:			14.697,68 m ²				
ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL							
66	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL HYPOLITO VIERA DE CARVALHO	RUA PUBLICITÁRIO NELSON NEGRÃO ROMAR - S/N	874,36 m ²	4			
67	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL	RUA KAISSAR ABRAÃO - N° 9	865,51 m ²	4			



	MONTEIRO LOBATO						
68	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO	RUA DEZESSEIS - N° 180	766,78 m²	4			
ÁREA TOTAL:			2.506,65 m²				
ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL							
69	CEMAEE - CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	RUA JOSÉ BONIFÁCIO	1.826,33 m²	4			
ÁREA TOTAL:			1.826,33 m²				
UNIDADES ESCOLARES EM CONSTRUÇÃO							
70	COMPLEXO (ESCOLA / CRECHE / QUADRA) - PIRANEMA	RUA 13, ESQUINA COM RUA 12, S/Nº, QD 1	3.154,68 m²	4			
ÁREA TOTAL:			3.154,68 m²				
TOTAL GERAL							
TOTAL = 70 UNIDADES		ÁREA TOTAL GERAL:	89.212 m²				



ANEXO VII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. SETOR REQUISITANTE

REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
NOME: Subsecretaria de Infraestrutura Departamento: Departamento de Assistência à rede	NOME: Renata dos Santos Conceição de Araújo Mat.:11.953

2. OBJETIVO

2.1. O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a garantir o melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, atendendo as necessidades da Administração.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo analisar a solução mais adequada para o controle e combate de vetores e pragas urbanas (formigas, mosquitos, moscas, baratas, aranhas, caramujos, cupins, ratos, animais peçonhentos, aves, morcegos, etc.) – desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos nos ambientes relacionados à Secretaria Municipal de Educação.

4. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A contratação tem fundamentação legal através da Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4.780, de 31 de março de 2023; NBR 15584 – Controle de vetores e pragas urbanas (Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT); RDC nº 52/2009 – Regulamento técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas.

4.2. REQUISITOS - O fornecedor será selecionado conforme os ditames da Lei nº 14.133/2021 e do decreto municipal nº 4.780. Devendo atender ao disposto no RDC nº 52/2009 – Regulamento técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas.



4.2.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO – Controle e combate de vetores e pragas urbanas nos ambientes relacionados à Secretaria Municipal de Educação.

4.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA - Deve ser exigida a habilitação jurídica dentro do posto no art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21.

4.2.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Atender as ordens de serviço emitidas; Ficar responsável pela execução; Atender aos prazos nos locais e horários previamente agendados; Atender as disposições postas em Edital.

4.2.4. DO FORNECIMENTO

a) Os serviços deverão ser realizados nos endereços das Unidades Escolares, Galpão, Depósitos, Oficina de Costura e na sede da Secretaria Municipal de Educação conforme **Anexo da ETP**.

b) A execução deverá ser realizada com agendamento prévio.

c) Os serviços de controle de vetores e pragas urbanas terão prazo para resultado de até 15 dias corridos, após esse prazo, o local poderá solicitar reforço por garantia em caso de persistência.

d) Os locais que passarem por reformas, ao término, necessitarão de nova execução do serviço de desalojamento de aves.

e) A contratada deve fornecer todos os equipamentos e materiais necessários, inclusive de segurança de acordo com cada atividade a ser executada.

f) Os comprovantes originais da execução dos serviços deverão ser arquivados nas Unidades e enviados com o atesto do responsável da Unidade escolar para o e-mail ordens@edu.itaguai.rj.gov.br, a fim de que sejam apresentados às fiscalizações sempre que solicitados.

g) Observar as demais obrigações e responsabilidades previstas na 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- Aquisição de insumos para aplicação

Para a aplicação eficaz de desinsetização, desratização e descupinização, são necessários diversos insumos e medidas específicas. Para desinsetização, é fundamental adquirir venenos inseticidas, como o piretroide, bem como iscas atrativas para insetos como baratas e formigas. Além disso, é necessário contar com equipamentos adequados, como pulverizadores ou nebulizadores, para a aplicação precisa dos inseticidas em áreas específicas. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), incluindo luvas, máscaras respiratórias e óculos de proteção, é essencial para garantir a segurança dos trabalhadores. Ademais, é importante que os funcionários responsáveis pela aplicação possuam certificações em controle de pragas e manipulação de produtos químicos, conforme exigido pela legislação vigente.

No caso da desratização, os insumos necessários incluem raticidas específicos para o controle de roedores, bem como armadilhas e estações de isca para capturá-los de forma segura. Assim como na desinsetização, o uso de EPIs é imprescindível para evitar riscos à saúde dos trabalhadores. Além disso, é essencial que os funcionários sejam devidamente certificados para realizar esse tipo de trabalho, atendendo às exigências legais relacionadas ao controle de pragas.

Já para a descupinização, é crucial adquirir inseticidas específicos para cupins, como o fipronil, e contar com equipamentos adequados, como injetores de cupinícida, para aplicação direta nos locais afetados. Da mesma forma, é necessário o uso de EPIs para proteção durante o processo. Certificações em controle de pragas e manipulação de produtos químicos são igualmente necessárias para garantir a conformidade com a legislação e a segurança no trabalho.

Em geral, é importante que os funcionários responsáveis pela aplicação dos insumos recebam treinamento especializado sobre os produtos utilizados e as técnicas de aplicação. Caso a Prefeitura não disponha de pessoal qualificado para realizar essas atividades, pode ser necessário contratar serviços terceirizados de empresas especializadas em controle de pragas urbanas, desde que estejam devidamente licenciadas e certificadas. O cumprimento rigoroso das regulamentações locais é essencial, incluindo o manuseio e armazenamento seguro de produtos químicos, bem como a disposição adequada de resíduos.

- Contratação de empresa especializada – Essa alternativa possibilita a contratação do serviço com o fornecimento de mão de obra qualificada, EPIs e insumos adequados que garantirão o cumprimento da NBR 15584 e RDC nº 52/2009.

A empresa contratada será responsável por fornecer todos os insumos necessários, como venenos inseticidas, raticidas e inseticidas específicos para cupins, produtos de qualidade (liberados e supervisionados pela Vigilância Sanitária), de baixo odor e toxicidade, além de quaisquer outros materiais e equipamentos requeridos para as operações de controle de pragas e limpeza e higienização dos reservatórios de água. Ela também providenciará os profissionais devidamente treinados e certificados para realizar as aplicações de forma segura e eficiente.

A seleção da empresa terceirizada levará em consideração critérios como experiência comprovada, licenças e certificações necessárias, conformidade com as regulamentações locais e histórico de sucesso em projetos similares. A empresa escolhida deverá apresentar um plano detalhado de trabalho, incluindo cronograma, métodos de aplicação, medidas de segurança e garantia de resultados.

Ao terceirizar esses serviços, a Prefeitura busca garantir que o controle de vetores e pragas urbanas seja realizado de forma profissional e eficiente, atendendo às exigências da legislação vigente e promovendo um ambiente seguro e saudável para os cidadãos de Itaguaí. A contratação de uma empresa especializada permite que a Prefeitura concentre seus recursos e esforços em suas atividades principais, enquanto confia o controle de pragas a especialistas qualificados.

5.2. MEMÓRIA DE CÁLCULO

Estima-se que a frequência ideal de aplicações são de 4 (quatro) ciclos trimestrais, consistindo cada ciclo de 01 (uma) intervenção principal seguidas de visitas de manutenção (garantia), para que em caso de necessidade seja feita a devida reposição de iscas quando se tratar de desratização, reforços das aplicações em casos de desinsetização, descupinização, desalojamento de aves e morcegos.



Desta forma, ao ano serão **280 (duzentos e oitenta) intervenções principais** nos serviços de desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos. **Vide Anexo da ETP** – Memória de cálculo.

5.2.1 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme alinhamento, a estimativa do valor será realizada pela Secretaria Municipal de Licitações e Contratos. **Vide Anexo da ETP.**

5.2.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As áreas de cada instalação predial, em metros quadrados, correspondem ao máximo dos serviços a serem executados em cada intervenção/visita dos serviços de controle e combate de vetores e pragas urbanas (formigas, mosquitos, moscas, baratas, aranhas, caramujos, cupins, ratos, animais peçonhentos, aves, morcegos, etc.) – desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos. Totalizando a área total de 89.212 m² conforme detalhado no **Anexo I**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A escolha de contratar uma empresa especializada para executar os serviços de controle e combate de vetores e pragas urbanas (formigas, mosquitos, moscas, baratas, aranhas, caramujos, cupins, ratos, animais peçonhentos, aves, morcegos, etc.) – desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos, ao invés de adquirir venenos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e fornecer treinamento para a equipe da Secretaria de Educação, apresenta-se como a solução mais eficaz e segura. Optar por uma empresa com certificações e experiência comprovada garante a utilização de técnicas e produtos adequados, minimizando riscos à saúde e ao meio ambiente. Além disso, a expertise dessas empresas permite uma execução mais rápida e eficiente do serviço, evitando interrupções prolongadas nas atividades escolares e garantindo um ambiente mais seguro para alunos e funcionários. Portanto, a contratação de uma empresa especializada é a melhor solução para a gestão de pragas nas instituições de ensino.

6.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do Sistema de Registro de Preço (SRP) e critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Em regra, deverá ser observado o atendimento ao princípio do parcelamento conforme descrito na Lei 14.133/2021 na alínea “b” do inciso V do artigo 40.

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

...

V - atendimento aos princípios:

...

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;...

Deste modo, o princípio do parcelamento visa o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Entretanto, para esta contratação o objeto do contrato não será parcelado visto que é um serviço único.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

8.1. Para esta solução não há contratações na Secretaria Municipal de Educação que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

9. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

9.1. A presente aquisição está prevista na Lei orçamentária anual (LOA).

9.2. A presente aquisição mostra-se necessária, pois está alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. O propósito almejado por meio desta contratação é efetuar a contratação do serviço de controle e combate de vetores e pragas urbanas (formigas, mosquitos, moscas, baratas, aranhas, caramujos, cupins, ratos, animais peçonhentos, aves, morcegos, etc.) – desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de aves e morcegos com a obtenção do melhor preço, assegurando, ao mesmo tempo, uma qualidade que atenda rigorosamente às especificações requeridas. Este esforço visa atender de maneira eficaz às demandas da Secretaria Municipal de Educação, buscando não apenas a economia financeira, mas também aprimorando a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A intenção última é garantir que a execução deste contrato resulte em benefícios tangíveis, tanto em termos econômicos quanto no aproveitamento dos recursos disponíveis.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

11.1. A CONTRATANTE providenciará o **controle** de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, capacitando, se necessário, os servidores ou empregados para a fiscalização e gestão do contrato.

11.2. NECESSIDADE DE AJUSTES PARA A DEVIDA CONTRATAÇÃO:

Para a efetivação desta contratação, **NÃO SÃO NECESSÁRIOS QUAISQUER AJUSTES** nas instalações do órgão contratante, nem é requerido o fornecimento de serviços adicionais que possam interferir no cumprimento eficaz dos termos acordados. A contratação, conforme proposta está estruturada de modo a surtir seus efeitos de maneira direta e eficiente, sem demandar modificações ou acréscimos que possam impactar negativamente no processo.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A licitante deverá adotar os seguintes critérios e práticas: Cumprir as normas e padrões de higiene ambiental definidos pela legislação federal, estadual e/ou municipal regulada através de suas Secretarias de Saúde e Vigilância Sanitária, a RDC Nº 52/2009, a RDC Nº 20/2010 com suas atualizações e o Art. 2 da RDC ANVISA Nº 326/2005, que cuida do gerenciamento de produtos para controle de insetos, roedores e de outros animais nocivos à saúde; e Respeitar e atender as Normas Brasileiras Regulamentadoras – NBR.



12.2. Deveres com o descarte dos Itens adquiridos pela licitante ao prestar o serviço:

- Mitigar o impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Controlar a utilização de recursos naturais como água e energia;
- Adotar medidas para evitar a contaminação do solo com produtos químicos;
- Realizar descarte em local devidamente licenciado pelo órgão competente.
- Garantir que os produtos utilizados durante os serviços não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após uma análise detalhada dos dados obtidos neste estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento ratifica a plena viabilidade da presente contratação. Esta conclusão é respaldada pela integração harmoniosa do projeto nos parâmetros do plano de contratações anual da Secretaria Municipal de Educação, pela sua aderência ao atual planejamento orçamentário desta Secretaria, e também pela consideração dos aspectos abordados no **mapa de risco - anexo VIII DO EDITAL** e demais tópicos discutidos durante este estudo técnico preliminar.

13.1.1. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Fábio de Souza Leite Mat. 43.817	Vanessa Cristina de Oliveira Santos Mat. 38.749
-------------------------------------	--

14. PARECER FINAL

14.1. Com base nas discussões realizadas pela equipe de planejamento e nas informações apresentadas no estudo técnico preliminar, concluo favoravelmente em relação à contratação em análise. Diante das evidências apresentadas, expresso meu **PARECER FAVORÁVEL** à referida contratação, reconhecendo-a como uma decisão estratégica fundamentada e alinhada com os objetivos da Secretaria Municipal de Educação.

Samuel Moreira da Silva

Secretário Municipal de Educação

Matrícula 45.972



ANEXO DO Estudo Técnico Preliminar - ENDEREÇOS E METRAGENS DAS UNIDADES ESCOLARES, DEPÓSITOS, GALPÃO, OFICINA DE COSTURA E NA SEDE DA SMEDU

ANEXO I - DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESALOJAMENTO DE AVES E MORCEGOS				
Nº	NOME DA UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO	ÁREA ESTIMADA (M²)
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
1	OFICINA DE COSTURA	AVENIDA ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO, LOTE 21	VILA MARGARIDA	366,00 m²
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA PREF. ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO, 18.745	VILA MARGARIDA	990,00 m²
3	DEPÓSITO MUNICIPAL 1	RUA JOAQUIM FERREIRA DA COSTA	VILA MARGARIDA	420,00 m²
4	DEPÓSITO MUNICIPAL 2	RUA NILDA MEDEIROS RODRIGUES, S/N	MONTE SERRAT	622,77 m²
5	DEPÓSITO MUNICIPAL 3	RUA ARY PARREIRA, Nº 1.572	ENGENHO	73,00 m²
6	GALPÃO	RUA ALZIRA SANTIAGO, S/N	VILA MARGARIDA	395,00 m²
ÁREA TOTAL:				2.866,77 m²
ESCOLAS MUNICIPAIS				
7	C.M. SENADOR TEOTÔNIO VILELLA	RUA IVETE LINO RIBEIRO - Nº22	CENTRO	1.747,88 m²
8	CEI / CESMI	RUA JOÃO ROSA GONZALES - S/N	ENGENHO	1.654,00 m²
9	E.M. ALEXANDRE IGNÁCIO	ESTRADA DO CAÇADOR - S/N	VILA GENY	260,00 m²
10	E.M. AMAURI FERREIRA	RUA GUILHERME SERRANO - S/N	VILA GENY	1.446,46 m²
11	E.M. ANTÔNIO TUPINAMBÁ	RUA JÚLIO VERNE - QD 45, S/N	VILA MARGARIDA	1.347,60 m²
12	E.M. ARGENTINA COUTINHO	RUA SANTA MARIA - S/N	BRISAMAR	1.446,46 m²
13	E.M. CORONEL ALZIRO SANTIAGO	ESTRADA DO MAZOMBA - S/N	MAZOMBA	603,46 m²
14	E.M. DAS ACÁCIAS	RUA DAS CAMÉLIAS - S/N QD 131	PARQUE PRIMAVERA	1.688,99 m²
15	E.M. EIDER RIBEIRO DANTAS	RUA PRAIA DA SALINA - S/N	BRISAMAR	1.446,46 m²
16	E.M. ELMIRA FIGUEIRA	RUA TOCANTINS - S/N	ESTRELA DO CÉU	1.602,47 m²
17	E.M. ELMO BAPTISTA COELHO	EST. JOAQUIM FERNANDES - Nº407/409	ILHA DA MADEIRA	1.446,46 m²
18	E.M. FUSAO FUKAMATI	RUA DEZOITO - S/N QD 18	GLEBA A / CHAPERÓ	1.446,46 m²
19	E.M. JARDIM MAR - PROFª MARIANILDE SIQUEIRA GONÇALVES	RUA CAPITÃO LANDULFO ALVES DE ALMEIDA - QD 39	JARDIM MAR	941,33 m²
20	E.M. JOÃO VICENTE SOARES	AV. MACHADO DE ASSIS - S/N	VILA IBIRAPITANGA	1.446,46 m²
21	E.M. JORGE FLORES DA SILVA	RUA ARY PARREIRA - S/N	JARDIM WEDA	1.446,46 m²
22	E.M. OSCAR JOSÉ DE SOUZA	RUA LUCIA TIEME HARA - S/N	SANTANA	1.446,46 m²
23	E.M. PADRE RAFAEL SCARFÓ	RUA ELVIRA CIUFFO CICARINO - Nº 40	VILA MARGARIDA	1.332,15 m²
24	E.M. PREFEITO ABEILARD GOULART DE SOUZA	RUA JONAS DA COSTA PEREIRA - S/N	PARQUE PARAÍSO	1.850,78 m²



25	E.M. PREFEITO OTONIO ROCHA	RUA VEREADOR DARCI TEIXEIRA FONTES - S/N	CENTRO	1.446,46 m ²
26	E.M. PREFEITO WILSON PEDRO FRANCISCO	ESTRADA DO TEIXEIRA - S/N	VISTA ALEGRE	1.446,46 m ²
27	E.M. PROFESSORA MARIA GUILHERMINA DE SOUZA FREIRE	ESTRADA DO MAZOMBA - S/N	LEANDRO	1.441,56 m ²
28	E.M. PROFESSORA SEVERINA DOS RAMOS DE SOUSA	RUA EVELINA EIS E GENY REIS - LOTE 25, 26 E 27	VILA GENY	2.860,73 m ²
29	E.M. PROFESSORA YOLANDA RANGEL PEREIRA	RUA FRANCISCO COSTA PEREIRA - S/N	ENGENHO	1.446,46 m ²
30	E.M. RENATO GONÇALVES MARTINS	EST. JOSE PAULO ANDRADE - N° 2584	CHAPERÓ	463,42 m ²
31	E.M. SÃO SEBASTIÃO	EST. ZEFERINO GOULART - S/N	RAIZ DA SERRA	574,73 m ²
32	E.M. SEVERINO SALUSTIANO DE FARIAS	RUA GENECILDO A. VIEIRA - S/N	TEIXEIRA	1.125,00 m ²
33	E.M. SYLVIA SOUZA SIQUINELI	EST. DÉCIO MUNIZ DA SILVA FILHO	GLEBA B / CHAPERÓ	1.446,46 m ²
34	E.M. TEREZA ARAÚJO SAGÁRIO	AV. TABAJARA - S/N	IBIRAPITANGA	1.041,90 m ²
35	E.M. VEREADOR AMÉRICO RODRIGUES DE AMORIM	RUA SEBASTIÃO BRUNO DE OLIVEIRA - S/N	ITIMIRIM	695,12 m ²
36	E.M. VEREADOR JOSÉ GALLIAÇO PRATA	EST. DO TEIXEIRA - S/N	AMENDOEIRA	1.446,46 m ²
37	E.M. VEREADOR TACIANO FERNANDES NUNES	AV. GOV. MARIO COVAS - N° 36	JAMELÃO	863,39 m ²
ÁREA TOTAL:				40.898,49 m²
ESCOLAS MUNICIPALIZADAS				
38	CIEP 300 MUNIC. PREFEITO VICENTE CICARINO	EST. DEP. OCTÁVIO CABRAL - S/N	SANTANA	5.663,02 m ²
39	CIEP 496 MUNIC. MAESTRO FRANCISCO MIGNONE	RUA KAISSAR ABRAÃO - S/N	MONTE SERRAT	5.663,02 m ²
40	CIEP 497 MUNIC. PROFESSORA SÍLVIA TUPINAMBÁ	RUA MANOEL SOARES DA COSTA - S/N	ENGENHO	5.663,02 m ²
41	E.E.M. CAMILO CUQUEJO	EST. JAIR PEREIRA NASCIMENTO - S/N	PALMEIRAS / MAZOMBA	476,40 m ²
42	E.E.M. CARMEM MENEZES DIREITO	RUA MANOEL ARAÚJO DOS SANTOS - S/N	BRISAMAR	1.446,46 m ²
43	E.E.M. CHAPERÓ	RUA DEZESSEIS - S/N	GLEBA B / CHAPERÓ	1.446,46 m ²
44	E.E.M. MAZOMBA - DR. JORGE ABRAHÃO	ESTRADA DO MAZOMBA - N° 22	MAZOMBA	712,36 m ²
45	E.E.M. FAZENDA SANTA CÂNDIDA	RUA ALTAMIRO DOMICIANO DA CRUZ - S/N	SANTA CÂNDIDA	937,88 m ²
46	E.E.M. VALINHA - PEDRO ANTÔNIO DE AGUIAR	EST. DA VALINHA - S/N	PIRANEMA	562,51 m ²
47	E.E.M. SANTA ROSA	EST. SANTA ROSA - N° 2587	SANTA ROSA	336,85 m ²
48	E.E.M. TACIANO BASÍLIO	EST. BOM JARDIM (EST. DO CAÇADOR - N° 953	SACO DA PRATA	353,42 m ²
ÁREA TOTAL:				23.261,40 m²
CRECHES MUNICIPAIS				
49	C.M. DANIELLE BATISTA DA SILVA	RUA A - QD 06 LT26 DE DEZEMBRO	26 DE DEZEMBRO	593,42 m ²
50	C.M. APARECIDA AZÊDO	ESTRADA DO TEIXEIRA - N° 2	VISTA ALEGRE	874,36 m ²
51	C.M. MARIA EDUVIGES DO ROSARIO SILVA	RUA MAGDALENA TORTORELLE	BRISAMAR	732,05 m ²



52	C.M. FRANCISCO XAVIER DE MOURA	RUA MANOEL SOARES DA COSTA - S/N	ENGENHO	916,90 m ²
53	C.M. EDSON CRUZ AMADO	RUA ARGENTINA - QD 16	JARDIM AMÉRICA	874,36 m ²
54	C.M. VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO CARRASCO	RUA EDUARDO DE OLIVEIRA JÚNIOR - S/N	ESTRELA DO CÉU	949,73 m ²
55	C.M. EUCLYDES JOSÉ BORGES	RUA SALIM FRANCISCO DO NASCIMENTO (ANTIGA RUA 41 - S/N	ENGENHO	941,33 m ²
56	C.M. FLORENTINO ELIAS	RUA DAS TULIPAS - S/N	PARQUE PRIMAVERA	950,57 m ²
57	C.M. PROFESSOR GOETHE COUTINHO MADRUGA	RUA DOS COQUEIROS - QD 39	JARDIM MAR	941,33 m ²
58	C.M. PROFESSOR JOAQUIM INOUÊ	RUA DEZOITO - QD 22	GLEBA A / CHAPERÓ	874,36 m ²
59	C.M. PROFESSOR RENATO BARBOSA LADISLAU	ESTRADA DO MAZOMBA - S/N	LEANDRO	950,57 m ²
60	C.M. PROFESSORA ELIANE LOPES BARBOSA	RUA ODILON PENOLON FIALHO - S/N	VILA GENI	874,36 m ²
61	C.M. PROFESSORA MARIA CRISTINA PADELA CABRAL DA SILVA	RUA PROF. JOSÉ DE MORAES DIAS / S/N	PARQUE PARAÍSO	732,05 m ²
62	C.M. PROFESSORA MARIA DE LURDES SOUZA GARCIA	RUA MACHADO DE ASSIS - S/N	VILA IBIRAPITANGA	941,33 m ²
63	C.M. PROFESSORA TÂNIA MARA MOTTA DE MENEZES	RUA DEZESETE - S/N	BRISAMAR	941,33 m ²
64	C.M. RITA FERREIRA FEIJÓ	AV. GUILHERME SERRANO - LT 8, 9, 10, 11, 12 E 13	VILA GENY	941,33 m ²
65	C.M. MARIA ROSA GOMES DO NASCIMENTO	RUA TRÊS, ESQUINA COM ESTRADA CAÇADOR, LT 638, FAZENDA ARAPUCAIA	TEIXEIRA	668,30 m ²
ÁREA TOTAL:				14.697,68 m ²
ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
66	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL HYPOLITO VIERA DE CARVALHO	RUA PUBLICITÁRIO NELSON NEGRÃO ROMAR - S/N	JARDIM AMÉRICA	874,36 m ²
67	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO	RUA KAISSAR ABRAÃO - N° 9	MONTE SERRAT	865,51 m ²
68	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO	RUA DEZESEIS - N° 180	GLEBA B / CHAPERÓ	766,78 m ²
ÁREA TOTAL:				2.506,65 m ²
ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL				
69	CEMAEE - CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	RUA JOSÉ BONIFÁCIO	CENTRO	1.826,33 m ²
ÁREA TOTAL:				1.826,33 m ²
UNIDADES ESCOLARES EM CONSTRUÇÃO				
70	COMPLEXO (ESCOLA / CRECHE / QUADRA) - PIRANEMA	RUA 13, ESQUINA COM RUA 12, S/Nº, QD 1	PIRANEMA	3.154,68 m ²
ÁREA TOTAL:				3.154,68 m ²
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
TOTAL 70				ÁREA TOTAL: 89.212 m ²



ANEXO DO Estudo Técnico Preliminar – MEMÓRIA DE CÁLCULO

Nº	LOCAL	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES TRIMESTRAIS (DESINSETIZAÇÃO / DESRATIZAÇÃO / DESALOJAMENTO / DESCUPINIZAÇÃO)
1	OFICINA DE COSTURA	4
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	4
3	DEPÓSITO MUNICIPAL 1	4
4	DEPÓSITO MUNICIPAL 2	4
5	DEPÓSITO MUNICIPAL 3	4
6	GALPÃO	4
7	C.M. SENADOR TEOTÔNIO VILELLA	4
8	CEI / CESMI	4
9	E.M. ALEXANDRE IGNÁCIO	4
10	E.M. AMAURI FERREIRA	4
11	E.M. ANTÔNIO TUPINAMBÁ	4
12	E.M. ARGENTINA COUTINHO	4
13	E.M. CORONEL ALZIRO SANTIAGO	4
14	E.M. DAS ACÁCIAS	4
15	E.M. EIDER RIBEIRO DANTAS	4
16	E.M. ELMIRA FIGUEIRA	4
17	E.M. ELMO BAPTISTA COELHO	4
18	E.M. FUSAO FUKAMATI	4
19	E.M. JARDIM MAR - PROFª MARIANILDE SIQUEIRA GONÇALVES	4
20	E.M. JOÃO VICENTE SOARES	4
21	E.M. JORGE FLORES DA SILVA	4
22	E.M. OSCAR JOSÉ DE SOUZA	4
23	E.M. PADRE RAFAEL SCARFÔ	4
24	E.M. PREFEITO ABEILARD GOULART DE SOUZA	4
25	E.M. PREFEITO OTONIO ROCHA	4
26	E.M. PREFEITO WILSON PEDRO FRANCISCO	4
27	E.M. PROFESSORA MARIA GUILHERMINA DE SOUZA FREIRE	4
28	E.M. PROFESSORA SEVERINA DOS RAMOS DE SOUSA	4
29	E.M. PROFESSORA YOLANDA RANGEL PEREIRA	4
30	E.M. RENATO GONÇALVES MARTINS	4
31	E.M. SÃO SEBASTIÃO	4
32	E.M. SEVERINO SALUSTIANO DE FARIAS	4
33	E.M. SYLVIA SOUZA SIQUINELI	4
34	E.M. TEREZA ARAÚJO SAGÁRIO	4
35	E.M. VEREADOR AMÉRICO RODRIGUES DE AMORIM	4
36	E.M. VEREADOR JOSÉ GALLIAÇO PRATA	4
37	E.M. VEREADOR TACIANO FERNANDES NUNES	4
38	CIEP 300 MUNIC. PREFEITO VICENTE CICARINO	4
39	CIEP 496 MUNIC. MAESTRO FRANCISCO MIGNONE	4



40	CIEP 497 MUNIC. PROFESSORA SÍLVIA TUPINAMBÁ	4
41	E.E.M. CAMILO CUQUEJO	4
42	E.E.M. CARMEM MENEZES DIREITO	4
43	E.E.M. CHAPERÓ	4
44	E.E.M. MAZOMBA - DR. JORGE ABRAHÃO	4
45	E.E.M. FAZENDA SANTA CÂNDIDA	4
46	E.E.M. VALINHA - PEDRO ANTÔNIO DE AGUIAR	4
47	E.E.M. SANTA ROSA	4
48	E.E.M. TACIANO BASÍLIO	4
49	C.M. DANIELLE BATISTA DA SILVA	4
50	C.M. APARECIDA AZÊDO	4
51	C.M. MARIA EDUVIGES DO ROSARIO SILVA	4
52	C.M. FRANCISCO XAVIER DE MOURA	4
53	C.M. EDSON CRUZ AMADO	4
54	C.M. VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO CARRASCO	4
55	C.M. EUCLYDES JOSÉ BORGES	4
56	C.M. FLORENTINO ELIAS	4
57	C.M. PROFESSOR GOETHE COUTINHO MADRUGA	4
58	C.M. PROFESSOR JOAQUIM INOUÊ	4
59	C.M. PROFESSOR RENATO BARBOSA LADISLAU	4
60	C.M. PROFESSORA ELIANE LOPES BARBOSA	4
61	C.M. PROFESSORA MARIA CRISTINA PADELA CABRAL DA SILVA	4
62	C.M. PROFESSORA MARIA DE LURDES SOUZA GARCIA	4
63	C.M. PROFESSORA TÂNIA MARA MOTTA DE MENEZES	4
64	C.M. RITA FERREIRA FEIJÓ	4
65	C.M. MARIA ROSA GOMES DO NASCIMENTO	4
66	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL HYPOLITO VIERA DE CARVALHO	4
67	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO	4
68	E.M. DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO ISOLDACKSON CRUZ DE BRITO	4
69	CEMAEE	4
70	COMPLEXO (ESCOLA / CRECHE / QUADRA) - PIRANEMA	4
-	TOTAL DE APLICAÇÕES / SERVIÇOS - ANUAL	280



ANEXO VIII

MAPA DE RISCO

1. **Objeto de contratação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO CONTROLE E COMBATE DE VETORES E PRAGAS URBANAS COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MÃO DE OBRA, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA nas Escolas Municipais de Educação Infantil (Creche e Pré-escola), Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Pré-escola, Ensino Fundamental, Educação para Jovens e Adultos - EJA, Centro Municipal de Estudos Supletivos de Itaguaí – CESMI, Atendimento Educacional Especializado - AEE), Galpão, Depósitos, Oficina de costura e sede da Secretaria Municipal de Educação.

2. FASE DE ANÁLISE:

3. (x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

4. () Gestão do Contrato

12.

5. RISCO 1

6. **Descrever aqui o risco:** Licitação deserta ou fracassada

7. **Probabilidade:** 8. (x) Baixa () Média () Alta

9. **Impacto:** 10. () Baixa (x) Média () Alta

11. Dano

12. Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos pequenos nos objetivos.

13. Ação Preventiva

15. Planejar adequadamente a contratação, em especial quanto aos quantitativos, especificação, estimativa de preços dos serviços.

14. Responsável

16. Equipe de Planejamento da Contratação e SMLIC

17. Ação de Contingência

19. Levantar os itens que prejudicaram a licitação, e providenciar as alterações para novo certame.

18. Responsável

20. Departamento de Compras

21. RISCO 2

22. **Descrever aqui o risco:** Fornecimento de baixa qualidade

23. **Probabilidade:** 24. (x) Baixa 25. () Média 26. () Alta

27. **Impacto:** 28. () Baixa 29. (x) Média 30. () Alta

31. Dano

32. Degradação de operações ou atividades causando impactos pequenos nos objetivos.

33. Ação Preventiva

35. Realizar avaliações periódicas dos serviços.

34. Responsável

36. Fiscais do contrato

37. Ação de Contingência

39. Acionar segundo colocado para dar continuidade ao serviço nas qualidades exigidas.

38. Responsável

40.
41. SMLIC
42.



43. RISCO 3			
44. Descrever aqui o risco: Deixar a contratada de fornecer aos empregados as condições necessárias ao desempenho das tarefas, como uniformes, equipamentos e EPI's.			
45. Probabilidade:	46. (x) Baixa	47. () Média	48. () Alta
49. Impacto:	50. (x) Baixa	51. () Média	52. () Alta
53. Dano			
54. Degradação de operações ou atividades, porém, causando impactos mínimos nos objetivos de prazo, custo, qualidade, escopo, ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou a capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.			
55. Ação Preventiva		56. Responsável	
57. Realizar reunião inicial com a contratada, na qual deverão ser disponibilizados os canais de relacionamento, assim como indicado o preposto.		58. Fiscais do contrato	
59. Ação de Contingência		60. Responsável	
61. Notificar a contratada por não atendimento aos contatos e requisições da contratante.		62. Subsecretaria de Infraestrutura	

63. RISCO 4			
64. Descrever aqui o risco: Quantitativo de pessoal insuficiente para atendimento em tempo hábil.			
65. Probabilidade:	66. (x) Baixa	67. () Média	68. () Alta
69. Impacto:	70. () Baixa	71. (x) Média	72. () Alta
73. Dano			
74. Degradação de operações ou atividades causando impactos pequenos nos objetivos.			
75. Ação Preventiva		76. Responsável	
77. Acompanhamento do cumprimento dos prazos, solicitando o retorno dos responsáveis pelos locais e relatórios sobre o atendimento.		78. Fiscais do contrato	
79. Ação de Contingência		80. Responsável	
81. Notificação para que a empresa designe quantitativo de pessoal suficiente.		82. Subsecretaria de Infraestrutura	

Fábio de Souza Leite Mat. 43.817	Vanessa Cristina de Oliveira Santos Mat. 38.749
--	---

Samuel Moreira da Silva
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 45.972



ANEXO IX

CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2025

SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (com medidas preventivas, corretivas e de monitoramento, bem como fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais essenciais e de qualidade necessários ao tratamento químico para plena execução dos serviços), tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos.

PROCESSO Nº 14012/2024		SECRETARIA RESPONSÁVEL: EDUCAÇÃO					
SERVIÇO: CONTROLE DE PRAGAS URBANAS							
CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA		QTDE	UND	QUANT. APLICAÇÃO	VALOR PARA LICITAÇÃO		
Item	ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS				VALOR UNIT.	VALOR POR APLICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	Serviço em controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando: dedetização, desratização, descupinização e desajolamento de pombos.	89212,00	M²	4	R\$ 2,28	R\$ 203.403,36	R\$ 813.613,44

OBS: Descrição completa dos itens no Termo de Referência;

A PROPOSTA DE PREÇOS (ANEXO VII DEVERÁ SER FORMULADA DE FORMA DETALHADA, ITEM A ITEM.



ANEXO X

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N.º 018/2025

SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (com medidas preventivas, corretivas e de monitoramento, bem como fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais essenciais e de qualidade necessários ao tratamento químico para plena execução dos serviços), tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos.

AO

MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

A/C

Sr. Agente de Contratação

Atendendo à consulta formulada na licitação acima referida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, cotamos para o objeto em licitação o valor abaixo:

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ MODELO	QTDE TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

O Prazo de Validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega do presente.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

DADOS DA PROPONENTE			
Razão Social:			
CNPJ:			
Insc. Estadual:			
Insc. Municipal:			
Endereço:			
Telefones:			



E-Mail:			
Banco:		Agência:	
		Conta-Corrente:	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (Que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração)			
Nome:			
Nacionalidade:			
Profissão:			
Estado Civil:		CPF:	
Identidade:		Órgão Exp.:	
		Data de Emissão:	
Telefone:			
E-Mail:			

(Local) _____, ____ de _____ de 2025.

(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante, dispensado em caso de carimbo com CNPJ).



ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA INFANTIL (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2025

SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (com medidas preventivas, corretivas e de monitoramento, bem como fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais essenciais e de qualidade necessários ao tratamento químico para plena execução dos serviços), tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos.

**AO
MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ**

Sr. Pregoeiro/Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA, de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao art. 68 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Edital e Pregão nº 018/2025, Processo Administrativo de nº 14012/2024.

Itaguaí, xxx de xxxx de 2025.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.



ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO - ARTIGO 63, inciso I e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021

(MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2025

SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (com medidas preventivas, corretivas e de monitoramento, bem como fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais essenciais e de qualidade necessários ao tratamento químico para plena execução dos serviços), tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos.

AO
MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

Sr. Pregoeiro/Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, de inexistência de penalidade e que cumpre todos os requisitos habilitatórios solicitados deste pregão eletrônico.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Edital e Pregão nº 018/2025, Processo Administrativo de nº 14012/2024.

Itaguaí, xxx de xxxx de 2025.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.



ANEXO XIII

**DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS JUNTO À
FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ**

(MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2025

SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (com medidas preventivas, corretivas e de monitoramento, bem como fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais essenciais e de qualidade necessários ao tratamento químico para plena execução dos serviços), tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos.

**AO
MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ**

Sr. Pregoeiro/Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Edital e Pregão nº 018/2025, Processo Administrativo de nº 14012/2024.

Itaguaí, xxx de xxxx de 2025.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.



ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2025

SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (com medidas preventivas, corretivas e de monitoramento, bem como fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais essenciais e de qualidade necessários ao tratamento químico para plena execução dos serviços), tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos.

AO

MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

Sr. Pregoeiro/Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA, em atendimento **ao item 3.14.** do Edital e para todos os fins legais, e em especial em atendimento ao art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Edital e **Pregão nº 018/2025, Processo Administrativo de nº 14012/2024.**

Itaguaí, xxx de xxxx de 2025.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.



ANEXO XV

DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A
INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

(MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2025

SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (com medidas preventivas, corretivas e de monitoramento, bem como fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais essenciais e de qualidade necessários ao tratamento químico para plena execução dos serviços), tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos.

AO

MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

Sr. Pregoeiro/Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA, sob as penalidades da lei e sob pena de desclassificação que, suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º, do inciso IV, do Art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021 e em outras normas específicas.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Edital e Pregão nº 018/2025, Processo Administrativo de nº 14012/2024.

Itaguaí, xxx de xxxx de 2025.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.



ANEXO XVI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2025

SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (com medidas preventivas, corretivas e de monitoramento, bem como fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais essenciais e de qualidade necessários ao tratamento químico para plena execução dos serviços), tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos.

AO

MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

Sr. Pregoeiro/Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo quarto, parágrafo segundo da Lei 14133/2021.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Edital e Pregão 018/2025, Processo Administrativo de nº 14012/2024.

Itaguaí, xxx de xxxx de 2025.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.

ANEXO XVII



MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2025

MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.302/0001-02, com sede na Rua General Bocaiúva, 636, Centro – Itaguaí – RJ CEP: 23815-310, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXX**, neste ato representada pelo (a) **Secretário (a) Municipal de XXXXXXXX** _____, portador da Identidade Funcional nº _____, expedida pelo _____, inscrito (a) no CPF sob nº _____, e a **EMPRESA** _____, situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR** representada neste ato por _____, inscrito (a) no CPF sob nº _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma do disposto no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 14012/2024 (Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº XXX/2025)**, que **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no **EDITAL DE LICITAÇÃO nº XXX/2025**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 4.780/2023, e nos demais normativos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico: www.portal.transparencia.itaguai.rj, www.comprasbr.com.br (**Portal Nacional de Compras**), e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (COM MEDIDAS PREVENTIVAS, CORRETIVAS E DE MONITORAMENTO, BEM COMO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E TODOS OS MATERIAIS ESSENCIAIS E DE QUALIDADE NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO QUÍMICO PARA PLENA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos, no que se refere ao controle, reprodução e remoção destes nos ambientes (dependências internas e externas) relacionados à **Secretaria Municipal de Educação (SMEDU)** assim como da Oficina de Costura, Depósito Municipal, Galpão e também nos estabelecimentos de ensino: Ensino Fundamental, Cei/Cesmi, Creches, Emei e Atendimento Educacional Especializado (AEE), **por um período de 12 (doze) meses**, conforme especificação constante no Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta com preço ora registrado, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo primeiro: Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (COM MEDIDAS PREVENTIVAS, CORRETIVAS E DE MONITORAMENTO, BEM COMO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E TODOS OS MATERIAIS ESSENCIAIS E DE QUALIDADE NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO QUÍMICO PARA PLENA**



EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, para eventual futura contratação, nos termos definidos no instrumento convocatório e no Termo de Referência.

Parágrafo segundo: A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do gerenciador, de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quinta.

Parágrafo terceiro: A Administração poderá realizar licitação ou contratação direta para a aquisição de mesmo objeto da presente Ata, desde que devidamente motivada.

Parágrafo quarto: Esta Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal da Transparência do Município de Itaguaí.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORNECEDOR, DO GERENCIADOR E DAS SUAS ATRIBUIÇÕES

Parágrafo primeiro: O fornecedor desta Ata de Registro de Preços é XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na forma do Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo segundo: O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, inclusive aos referentes à habilitação e às condições de participação.

Parágrafo terceiro: O gerenciador desta Ata de Registro de Preços é a **SECRETARIA MUNICIPAL DE** _____.

Parágrafo quarto: São atribuições do gerenciador:

- a) aferir, semestralmente, a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
- b) divulgar os preços registrados e suas atualizações no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal da Transparência do Município de Itaguaí;
- c) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;
- d) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- e) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços;
- f) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata e pelo Decreto nº 4.780/2023, observada a ordem de classificação;
- g) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados; e
- h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do disposto no Decreto nº 4.780/2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUARTA: DOS NÃO-PARTICIPANTES

Parágrafo primeiro: A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidade do Município, que não tenha participado do certame, ora denominados não-participantes.

Parágrafo segundo: Podem também ser considerados não-participantes os órgãos ou entidades municipais, distritais, de outros estados e federais, resguardadas as disposições de cada ente.

Parágrafo terceiro: Os não-participantes poderão aderir a esta Ata de Registro de Preços, desde que observados os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) apresentação de estudo que demonstre eficiência, viabilidade e economicidade para a Administração contratante;

c) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e

d) prévia consulta e aceitação do gerenciador e do fornecedor.

Parágrafo quarto: O fornecedor poderá optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras derivadas da Ata, assumidas com o gerenciador e os participantes, quando houver.

Parágrafo quinto: Após a autorização do gerenciador, o não-participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

Parágrafo sexto: O prazo acima poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa e autorização pelo gerenciador, e requerimento do não-participante, respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo sétimo: São atribuições dos não-participantes:

a) aceitar todas as condições fixadas na Ata de Registro de Preços;

b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;

d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e

e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Decreto nº 4.780/2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUINTA: DO QUANTITATIVO



Parágrafo primeiro: As quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência e reunidas no **Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços**, são as seguintes:

a) previsão de contratação pelo gerenciador:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD

Parágrafo segundo: As quantidades dos itens indicadas na alínea **a** do parágrafo primeiro são meramente estimativas e não implicam obrigatoriedade de contratação pelo gerenciador, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo terceiro: As contratações adicionais de que trata a cláusula quarta não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes, quando houver.

Parágrafo quarto: O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata para o gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não-participantes que aderirem.

Parágrafo quinto: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo primeiro: O preço unitário de cada item registrado é o constante da proposta final, cujos valores estão reunidos no Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo segundo: Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo terceiro: Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

Parágrafo quarto: Caso o fornecedor cadastrado para o item ou lote não aceite reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

Parágrafo quinto: Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do **parágrafo quarto**, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no Decreto nº 4.780/2023.

Parágrafo sexto: A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo sétimo: Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 4.780/2023 e da cláusula décima desta Ata, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Parágrafo oitavo: Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

Parágrafo nono: Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, ser-lhe-á facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Parágrafo décimo: O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

Parágrafo décimo primeiro: Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo décimo segundo: O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

Parágrafo décimo terceiro: Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Decreto nº 4.780/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

Parágrafo décimo quarto: Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do **parágrafo décimo terceiro**, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

Parágrafo décimo quinto: Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Parágrafo décimo sexto: Os novos valores a serem registrados, conforme **Parágrafo oitavo** e **Parágrafo décimo primeiro**, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

Parágrafo décimo sétimo: Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados ou repactuados, conforme estabelecido no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021.



Parágrafo décimo oitavo: O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS LOCAIS E CONDIÇÕES DA ENTREGA

Os locais de entrega do item do registro de preços estão listados no Termo de Referência **(ANEXO I do Edital)**.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo primeiro: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

Parágrafo segundo: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos, observados os seguintes requisitos:

Parágrafo terceiro: somente o saldo remanescente será mantido;

Parágrafo quarto: deverá ser indicado expressamente o prazo de prorrogação; e

Parágrafo quinto: deverá ser confirmado se os preços registrados permanecem atualizados, por meio de pesquisa de preços.

CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA

Parágrafo primeiro: Fazem parte do Cadastro de Reserva os proponentes que aceitaram cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação, e os proponentes que mantiveram sua proposta original, conforme informações reunidas no **Anexo II Cadastro de Reserva**.

Parágrafo segundo: A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

Parágrafo terceiro: A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes.

Parágrafo quarto: É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Parágrafo quinto: O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas na cláusula décima; ou
- b) cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto nº 4.780/2023, e itens **Parágrafo décimo quinto e Parágrafo nono** da cláusula sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

Parágrafo primeiro: O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observado os parágrafos 4º e 5º do referido dispositivo.

Parágrafo segundo: Na hipótese de que trata a alínea d do item **Parágrafo primeiro**, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata, poderá o gerenciador, desde que não seja o responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

Parágrafo terceiro: O cancelamento do registro nas hipóteses previstas das alíneas a, b e d do **Parágrafo primeiro** será formalizado por decisão do gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo primeiro: As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, inclusive, o prazo de vigência dos contratos a serem celebrados, a garantia, o pagamento, o reajuste ou repactuação, encontram-se definidos no instrumento convocatório, quando houver, no **Termo de Referência (anexo I do Edital) e no contrato (anexo XIII do Edital)**.

Parágrafo segundo: Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo terceiro: A contratação realizada pelo gerenciador será formalizada, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por intermédio de **instrumento contratual (Anexo XIII do Edital – Minuta de Contrato) emissão de nota de empenho de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



Parágrafo primeiro: O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência. **(anexo I do Edital).**

Parágrafo segundo: Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

Parágrafo terceiro: Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

Parágrafo quarto: A aplicação das penalidades deverá observar o procedimento estabelecido no instrumento convocatório e contrato, quando houver, e no Termo de Referência **(anexo I do Edital).**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios do gerenciador, dos participantes e dos não-participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itaguaí no Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em xxx (xxxx) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Itaguaí, xx de xxxxxxxx de 2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
MAT. xxxxxx

FORNECEDOR
REPRESENTANTE LEGAL

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

ANEXOS:



Anexo ATA I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços

Anexo ATA II – Cadastro de Reserva

ANEXO I – CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº XXXX/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR:

OBJETO:

FORNECEDOR:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

ANEXO II – CADASTRO DE RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº XXXX/2024.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

OBJETO:

FORNECEDOR nº 1 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por
....., cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

FORNECEDOR nº 2 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por
....., cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

FORNECEDOR nº 3 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por
....., cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

FORNECEDOR	ITEM

ANEXO XVII



MINUTA DE CONTRATO Nº XXXXX/2025

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX, COMO CONTRATANTE, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, COMO CONTRATADA, PARA AQUISIÇÃO DE XXXXXXXX NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.302/0001-02, com sede na Rua General Bocaiúva, 636, Centro – Itaguaí – RJ CEP: 23815-310, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____**, neste ato representada pelo(a) **Secretário(a) Municipal de Educação Sr. _____**, portador da Identidade Funcional nº _____, expedida pelo _____, inscrito (a) no CPF sob nº _____, e a **EMPRESA _____**, situada na Rua _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, Inscrito (a) no CPF sob nº _____, domiciliado na Rua _____ nº _____, Cidade _____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE COMPRA** de _____, tem justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº XXXX/2025**, realizado por meio do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 14012/2024**, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a de **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS URBANAS E VETORES (COM MEDIDAS PREVENTIVAS, CORRETIVAS E DE MONITORAMENTO, BEM COMO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E TODOS OS MATERIAIS ESSENCIAIS E DE QUALIDADE NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO QUÍMICO PARA PLENA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, tais como: formigas, mosquitos, moscas, baratas, roedores, animais peçonhentos, cupins e outros, **englobando serviços de desinsetização, desratização, descupinização**, assim como o desalojamento de aves e morcegos, no que se refere ao controle, reprodução e remoção destes nos ambientes (dependências internas e externas) relacionados à **Secretaria Municipal de Educação (SMEDU)** assim como da Oficina de Costura, Depósito Municipal, Galpão e também nos estabelecimentos de ensino: Ensino Fundamental, Cei/Cesmi, Creches, Emei e Atendimento Educacional Especializado (AEE), **por um período de 12 (doze) meses**, nas condições estabelecidas no **Termo de Referência (anexo I do Edital)** e nos anexos deste Contrato.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	---------	------------	----------------	-------------



--	--	--	--	--	--

Parágrafo único: São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação;
- c) A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- e) Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados a partir da emissão da ordem de fornecimento, na forma dos artigos 107 e 108 da Lei nº 14.133, de 2021, *in verbis*:

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”

“Art. 108. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 10 (dez) anos nas hipóteses previstas nas alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 desta Lei”

Parágrafo primeiro: A divulgação do Contrato no Portal da Transparência do Município de Itaguaí, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em 20 dias úteis, contados da data de sua assinatura;

Parágrafo segundo: A prorrogação de que trata este item está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação;
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

Parágrafo terceiro: O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



Parágrafo quarto: A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

Parágrafo quinto: Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

Parágrafo sexto: O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício, assim classificadas:

Funcional programática:

Aquisição deXXXXXXXX

Programa de Trabalho: XXXXXXXXX

Natureza de despesa: XXXXXX

Fonte de recurso: XXXXXX)

Parágrafo primeiro: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

Parágrafo segundo: No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 105, caput, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

Parágrafo primeiro: O valor total máximo do Contrato é de R\$xxxxxx (xxxx).

Parágrafo segundo: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo terceiro: Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

Parágrafo primeiro: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior,

Parágrafo segundo: No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Parágrafo terceiro: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Parágrafo quarto: O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal no Setor de Protocolo da Prefeitura de Itaguaí, situado na Rua General Bocaiúva, 636, Centro, Itaguaí acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada e demais documentos que vierem a ser exigidos pelo órgão de Controle Municipal, devidamente atestada pelos servidores designados para recebimento dos materiais.

a) Quando solicitada a nota fiscal/fatura, deverá ser emitida conforme abaixo discriminado:
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, CNPJ: 29.138.302/0001-02, RUA GENERAL BOCAIÚVA, 636 – CENTRO – ITAGUAÍ – RJ - CEP: 23.810-310

Parágrafo quinto: A Contratada reserva-se o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros;

Parágrafo sexto: Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo de pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como, da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ;

Parágrafo sétimo: No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Neste caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;

Parágrafo oitavo: A nota fiscal isenta de erros, deverá ser previamente atestada pelo Fiscal do Contrato e servidor designado pelo ordenador de despesas;

Parágrafo nono: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação;

Parágrafo décimo: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.



Parágrafo décimo primeiro: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculando pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

Parágrafo décimo segundo: Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo décimo terceiro: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo décimo quarto: Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo décimo quinto: O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Parágrafo primeiro: Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**.

Parágrafo segundo: O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

Parágrafo terceiro: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

Parágrafo quarto: Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

Parágrafo quinto: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo sexto: Fica o **CONTRATADO** obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

Parágrafo sétimo: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo oitavo: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo nono: O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

Parágrafo décimo: OS EFEITOS FINANCEIROS DO PEDIDO DE REAJUSTE SERÃO CONTADOS:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do **CONTRATADO**, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

Parágrafo décimo primeiro: Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do **CONTRATADO**, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do **CONTRATADO**, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Parágrafo décimo segundo: A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

Parágrafo décimo terceiro: O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

Parágrafo décimo quarto: O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no **disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

*São obrigações do **CONTRATANTE**:*

- a) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do objeto.
- c) Exercer a fiscalização do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal a efetiva execução do objeto.
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato
- e) Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA que possa ser inadequado, nocivo ou prejudicial à saúde dos servidores.
- f) Designar servidor ou Comissão para proceder aos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, ou rejeitá-lo.
- g) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.



- h)** Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares contratuais cabíveis.
- i)** Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- j)** Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições no fornecimento, fixando prazo para sua correção;
- k)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a)** Entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados neste Termo de Referência **(anexo I do Edital)**.
- b)** Entregar o material dentro das especificações estabelecidas, em embalagens originais e invioláveis, responsabilizando-se pela troca, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, dos itens que, porventura, estejam fora das especificações, ou com embalagem danificada, independentemente do motivo alegado, e às suas expensas.
- c)** A inobservância ao disposto no item **b** implicará o não pagamento do valor devido à Contratada, até que haja a necessária regularização.
- d)** Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídos no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias.
- e)** Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.
- f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- g)** Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros;
- h)** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- i)** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;
- j)** Emitir fatura no valor pactuado e condições do Contrato, apresentando-a ao Contratante para ateste e pagamento;
- k)** Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

I) Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES

Parágrafo primeiro: Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos **arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.**

Parágrafo segundo: O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, na forma do **art. 125 da Lei nº 14.133/2021.**

Parágrafo terceiro: As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE.**

Parágrafo quarto: Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do **art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

a) Constitui infração administrativa, a prática, pelo **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021:**

- a.1) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- a.2) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- a.3) dar causa à inexecução total do contrato;
- a.4) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

b) **não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:**

- b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- b.4) deixar de apresentar amostra;
- b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;
- b.6) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b.7) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- b.8) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- b.9) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;
- b.10) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

c.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

c.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

c.4) apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como **ME/EPP**;

c.5) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

c.6) praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

d) O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

d.1) Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita na **alínea a.1**, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d.2) Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração na **alínea a.1 a c.6**, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de **0,5% a 1,5%**, nos casos da infração prevista na **alínea a.1**, incidente sobre o *valor anual do Contrato*;

b) multa de **0,5% a 15%**, nos casos das infrações previstas nas **alíneas a.2 a b.8**, incidente sobre o *valor anual do Contrato*;

c) multa de **5% a 30%**, nos casos das infrações previstas nas **alíneas b.9 a c.6**, incidente sobre o *valor anual do Contrato*;

d.3) Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa da **alínea d.2** será o valor anual estimado da contratação.

d.4) Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de **30% (trinta por cento)** sobre o valor total do Contrato.

d.5) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto na **alínea v**.

d.6) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

d.7) Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nas **alíneas a.2 a b.8**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d.8) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no **art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021**, nos casos relacionados nas **alíneas b.9 a c.6**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d.9) Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor

da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

d.10) Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

d.11) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista na **alínea d.10** autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

d.12) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

d.13) No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 5% do valor do Contrato.

d.14) A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no **art. 412 do Código Civil**, ou seja, o valor da obrigação principal.

e) Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. **156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021**:

e.1) a natureza e a gravidade da infração cometida;

e.2) as peculiaridades do caso concreto;

e.3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

e.4) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e.5) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

f) A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nas **alíneas d.1, d.2 e d.7** serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista na **alínea d.8**, na forma do art. **156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021**, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário de Municipal;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (função e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

g) A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, na forma do art. **156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021**, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

h) A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.



- i) A defesa prévia do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** será exercida no prazo de:
- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nas alíneas d.1 e d.2, contado da data da intimação;
 - b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nas alíneas d.7 e d.8, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- j) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
- k) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:
- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
 - b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- l) Aplica-se o disposto na **alínea k** à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.
- m) As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no **art. 163 da Lei nº 14.133/2021**.
- n) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- o) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- p) O processamento do **PAR** não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- q) Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.
- r) Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.
- s) O **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.
- t) O **CONTRATANTE** deverá remeter para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO** o extrato de publicação no Jornal Oficial de Itaguaí do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Itaguaí.
- u) A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município de Itaguaí, no prazo

de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na **forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021**.

v) Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

w) A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

x) O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo primeiro: O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo segundo: Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

- a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b)** poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Parágrafo terceiro: O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a)** por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no **art. 137 da Lei nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos **arts. 138 e 139 da referida Lei**;
- b)** consensualmente, na forma do **art. 138, II da Lei nº 14.133/2021**; e
- c)** na hipótese de contratação direta fundamentada no **art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021**, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

Parágrafo quarto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

Parágrafo quinto: Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo sexto: A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

Parágrafo sétimo: A justificativa da extinção por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:



- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

Parágrafo oitavo: A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do **art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.**

Parágrafo nono: Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

- a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e
- b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do **inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021**, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

Parágrafo décimo: O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo único: Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133/2021**, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor** – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Parágrafo primeiro: Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal da Transparência do Município de Itaguaí e no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**), na forma prevista no **art. 94 da Lei 14.133/2021**, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao **art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011**, e publicar extrato da contratação no Jornal Oficial do Município.

Parágrafo segundo: A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no **Portal da Transparência do Município de Itaguaí** e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo **art. 94 da Lei nº 14.133/2021**.

Parágrafo terceiro: O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO



As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões obrigacionais oriundas do presente instrumento, renunciando expressamente as partes a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, as partes, na presença das testemunhas abaixo, assinam o presente contrato, em xxxx vias, de igual teor e forma.

Itaguaí, xx de xxxxxxxx de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE xxxxxxxxxx
Mat. XXXX.XXX

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

Assinatura: _____ Assinatura: _____